



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

SARA HANANY ALVES FERREIRA XAXÁ

POLÍTICAS PÚBLICAS E ASSISTÊNCIA ÀS MÃES DISCENTES NA UFERSA

MOSSORÓ

2022

SARA HANANY ALVES FERREIRA XAXÁ

POLÍTICAS PÚBLICAS E ASSISTÊNCIA ÀS MÃES DISCENTES NA UFERSA

Monografia apresentada à Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Licenciada em Educação do Campo com habilitação em Ciências Naturais.

Orientadora: Prof.^a. Dra. Daniela Faria Florencio

MOSSORÓ

2022

© Todos os direitos estão reservados a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tomar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

Xlp Xaxá, Sara Hanany Alves Ferreira.

Políticas públicas e assistência às mães
discentes na Ufersa / Sara Hanany Alves Ferreira
Xaxá. - 2022.

60 f. : il.

Orientadora: Daniela Faria Florencio.
Monografia (graduação) - Universidade Federal
Rural do Semi-árido, Curso de Educação
do Campo, 2022.

1. Maternidade. 2. Formação acadêmica. 3.
Permanência. 4. Assistência estudantil. I.
Florencio, Daniela Faria, orient. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada por sistema gerador automático em conformidade
com AACR2 e os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Biblioteca Campus Mossoró / Setor de Informação e Referência

Bibliotecária: Keina Cristina Santos Sousa e Silva

CRB: 15/120

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

SARA HANANY ALVES FERREIRA XAXÁ

POLÍTICAS PÚBLICAS E ASSISTÊNCIA ÀS MÃES DISCENTES NA UFERSA

Monografia apresentada à Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Licenciado em Educação do Campo com habilitação em Ciências da Natureza.

Defendida em: 28 / 11 / 2022.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Daniela Faria Florencio (UFERSA)
Presidente

Profa. Dra. Gerciane Maria da Costa Oliveira (UFERSA)
Membro Examinador

Profa. Dra. Kesia Kelly Vieira de Castro (UFERSA)
Membro Examinador

AGRADECIMENTOS

Pela grande vitória alcançada, por todas as lutas vencidas até aqui e por toda minha vida, agradeço plenamente ao Deus todo poderoso, minha rocha, e Pai. Sei que sem Ele nada poderia ser feito, pois ele guiou os meus pés até aqui.

A minha família, só tenho palavras de gratidão por estar comigo todos os dias, e lutar tantas batalhas ao meu lado, me dando força e incentivo para prosseguir, e aqui quero detalhar com honra aqueles que fizeram de mim o que sou e o que ainda serei.

Agradeço imensamente aos meus queridos e amados pais, minha base, José Wilson e Francinete Alves. Sei, não foi fácil toda essa trajetória, mas lembro com muito carinho toda a confiança e determinação para formar suas três filhas. Minha mãe, sei que suas orações nunca foram em vão, creio que o Senhor sempre nos guardou e cumpriu Seus planos para nossas vidas, é com muito orgulho que entrego esse diploma, e muitos outros que virão, em suas mãos, assim como prometi.

Ao meu grande amor Danniell Xaxá, agradeço por todo seu cuidado e zelo para comigo, tu és aquele a quem Deus me deu para formar nosso tão lindo lar, também sei que os dias que passamos nessa nova jornada não foram os tão sonhados, mas nosso grande amor, gerou aquele a quem eu entrego a minha razão de viver, ao fruto do meu ventre, amor que enche meu coração de vigor para lutar e vencer meus medos, Arthur! Filho, eu te prometi ainda em minha barriga que esse dia ia chegar e que todo esforço ia valer a pena, e te dedico a minha vitória, te amo de todo meu coração.

As minhas lindas irmãs Raquel Alves e Rebeca Alves, meus presentes de Deus, muito obrigada pelo carinho, pelos puxões de orelhas, por estarem comigo tornando meus dias mais leves e felizes. Sei que lutar ao meu lado foi cansativo e com tanto a fazer, mas desde a infância foram aquelas que estavam comigo, e por tudo sou grata ao Senhor.

Agradeço a minha amada tia Rita Alves, que nunca mediu esforço para me ajudar, sempre foi aquela que pude contar e que nunca me esqueceu, e desde que nasci me trata como filha, e minha gratidão é eterna. Como também a minha tia Marluce Ferreira, que foi uma amiga para tantos momentos, aquela que não me desamparou e me ajudou tanto.

Aos meus sogros, Maria da Conceição e Hélio Xaxá, toda gratidão do mundo por cuidar de Arthur sempre que precisei, pelo incentivo de prosseguir e pela rede de apoio que sempre formam para os meus estudos.

Por fim, mas nunca menos importante, a família que a UFRSA me presenteou. Minha tão admirada orientadora Daniela Florencio, obrigada por sempre lembrar de mim, pelo esforço nas orientações, por me ajudar em momentos que foram muito além da sala de aula, por ser uma amiga e professora em todas as horas.

As minhas meninas da turma 2016.1, Suzane Morgane, Joedna Nobre, Aurineide Silva e Narielly Honorato, agradeço a amizade, risadas, cumplicidade e dedicação. A graduação foi maravilhosa ao lado de cada uma, e sei que a amizade fica, independente da distância.

Agradeço também a banca examinadora, na pessoa da Dra. Gerciane Oliveira e Dra. Kesia Castro, por toda orientação e dedicação para como o nosso trabalho, que prontamente nos ajudaram para que este fosse assim concluído com êxito.

E assim, encerro meus agradecimentos, recordando tantas coisas que me fizeram feliz, e crendo que dias melhores virão, e que essa caminhada está apenas no início.

Confia no Senhor e faze o bem; habitarás na terra e verdadeiramente serás alimentado. Deleita-te também no Senhor e te concederá os desejos do teu coração. Entrega o teu caminho ao Senhor; confia nele, e ele o fará.

(Salmos 37:3-5)

RESUMO

A maternidade é um dos grandes desafios para as mulheres, e quando conciliada com os estudos, passa a ser uma luta constante em suas vidas. Nessa lógica, compreende-se que a chegada e permanência das mulheres na universidade se faz necessária com ferramentas que viabilizem esse processo. Recentemente, o direito das mães discentes tem sido reconhecido em forma de leis e de políticas públicas dentro do ensino superior. E esse trabalho teve como objetivo investigar as políticas públicas de acesso e a assistência prestada às mães discentes da LEDOC/UFERSA. Sendo essa uma pesquisa exploratória com um representante da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAE), e com professores/as do Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo (LEDOC), e tendo como base a Constituição Brasileira de 1975 a 2017, site oficial e editais da UFERSA, e Projetos de Lei (PL) de 2008 a 2020. Na pesquisa utilizamos questionários semiestruturados e análise de dados. Verificamos que, atualmente, as mães e gestantes encontram na UFERSA: (i) atendimento domiciliar para grávidas e lactantes (Lei Nº 6202/75), (ii) prorrogação de bolsas financiadas por órgãos externos, como CNPq e CAPES, após afastamento na gravidez (Lei Nº 13.536/17), (iii) afastamento a partir do oitavo mês de gravidez, como garantia de direito para as estagiárias (Lei de Estágio Nº 11.788/08), e (iv) auxílio creche garantido pelo PNAES (Edital PROAE 005/2021- UFERSA). Ao fim apontamos que a universidade em questão, ainda precisa ampliar a assistência prestada às mulheres mães e gestantes.

Palavras-chave: Maternidade; Formação acadêmica; Permanência; Assistência estudantil.

ABSTRACT

Motherhood is one of the great challenges for women, and when reconciled with studies, it becomes a constant struggle in their lives. In this logic, it is understood that the arrival and permanence of women in the university is necessary with tools that make this process possible. Recently, the right of student mothers has been recognized in the form of laws and public policies within higher education. And this work aimed to investigate the public policies of access and assistance provided to student mothers at LEDOC/UFERSA. This being an exploratory research with a representative of the Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAE), and with teachers of the Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo (LEDOC), and based on the Brazilian Constitution from 1975 to 2017, website official and public notices from UFERSA, and Law Projects (PL) from 2008 to 2020. In the research we used semi-structured questionnaires and data analysis. We verified that, currently, mothers and pregnant women find at UFERSA: (i) home care for pregnant and breastfeeding women (Law N° 6202/75), (ii) extension of scholarships financed by external bodies, such as CNPq and CAPES, after leave during pregnancy (Law No. 13,536/17), (iii) leave after the eighth month of pregnancy, as a guarantee of rights for interns (Internship Law No. 11,788/08), and (iv) day care assistance guaranteed by PNAES (Edictal PROAE 005 /2021- UFERSA). At the end, we point out that the university in question still needs to expand the assistance provided to mothers and pregnant women.

Keywords: Maternity; Academic education; permanence; Student assistance.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ESAM	Escola Superior de Agricultura de Mossoró
EUA	Estados Unidos da América
IFs	Institutos Federais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LEDOC	Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo
MEC	Ministério da Educação
PIBID	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PL	Projeto de Lei
PLC	Projeto de Lei Complementar
PLS	Projeto de Lei do Senado
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
RU	Restaurante Universitário
SESU	Secretaria de Educação Superior
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UEMG	Universidade Estadual de Minas Gerais
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semi-Árido
UNESP	Universidade Estadual Paulista

LISTA DE SÍMBOLOS

@	Arroba
\$	Cifrão
©	Copyright
%	Porcentagem

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. REFERÊNCIAL TEÓRICO	14
2.1. A EDUCAÇÃO DAS MULHERES NO BRASIL: UM PASSADO DE OPRESSÃO E LUTA DE GÊNERO.....	14
2.2. SOU MÃE E AGORA? PERMANÊNCIA E INCLUSÃO DAS MULHERES NA GRADUAÇÃO	17
3. MATERIAIS E MÉTODOS	22
3.1. ANÁLISE DE DADOS	23
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	25
4.1. ENTREVISTA COM A PRÓ REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS (PROAE)	25
4.1.1. <i>Dados gerais</i>	<i>25</i>
4.1.2. <i>Atendimento da PROAE para com as mães-discentes.....</i>	<i>26</i>
4.2. ENTREVISTAS COM PROFESSORES DA LEDOC	27
4.3. ANÁLISE COMPARATIVA DOS RESULTADOS OBTIDOS.	33
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
REFERÊNCIAS.....	37
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA II	41
APÊNDICE C- TRANSCRIÇÃO DE ÁUDIOS EM TEXTOS.....	42
MANDACARU - REPRESENTANTE DA PROAE	42
JUREMA - DOCENTE	44
CARNAÚBA - DOCENTE.....	47
BROMÉLIA - DOCENTE	52
ANGICO - DOCENTE.....	57

1. INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo, as mulheres têm lutado e vem ganhando espaço de direito em nossa sociedade. Por sua vez, a chegada e permanência na universidade não tem sido diferente e, mais recentemente, esse direito tem sido reconhecido em forma de leis e de políticas públicas (TERRA, 2019).

Ser mulher em nossa sociedade é carregar inúmeras responsabilidades, tendo em vista o arcabouço patriarcal em que estamos inseridas, pois somos o ventre que carrega o filho, a dona de casa que põe o feijão no fogo e dá alimento a sua família, a cuidadora e protetora do seu lar, e a provedora financeira, em muitos casos. Apesar de todos esses atributos, a formação acadêmica é realidade para muitas mulheres nos dias de hoje, entretanto, precisamos pensar nas especificidades das mães e gestantes dentro da formação acadêmica.

Tendo em vista que a educação é um direito previsto no Artº 205 da Constituição Federal de 1988, a formação dessas mães é de extrema importância para nossa sociedade, pois é onde poderão atuar em cargos que almejam, ter lugar de voz e igualdade, garantir recursos que precisam, entre muitos outros objetivos. E a universidade deve garantir esse acesso, e Ana Terra (2019, p. 21) mostra que:

Em uma universidade verdadeiramente plural e democrática deve-se buscar integração desse coletivo estudantes, atentando-se para as suas necessidades particularizadas, não para cumprir apenas as diretrizes da educação nacional, como uma maneira de respeito formal da lei, mas para garantir efetiva igualdade de acesso à educação.

A universidade entra na vida acadêmica dessas mulheres como o meio facilitador, para garantir igualdade de acesso aos que nela estão vinculados. Tendo como estratégias de permanência o suporte financeiro: transportes, alimentação na universidade, materiais de seus cursos, e para creches etc. Suporte estrutural: locais de troca para crianças, creches ou berçários em suas dependências etc. Sendo necessário também o suporte compreensivo, que parte do meio docente, como: receber alunas com seus filhos nas aulas, aceitar atestado médico dos filhos doentes, atender em domicílio no caso de afastamento etc. Nesse contexto, podemos perceber que a educação não é vista pela sociedade como prioridade para mulheres gestantes e mães, uma vez que esperam que a dedicação delas seja voltada, exclusivamente, para a maternidade. Em contrapartida, essa pressão não permeia a paternidade.

Mendes (2020) mostra em sua pesquisa a sobrecarga de atividades, que mulheres acumulam para conseguir a formação. Frequentemente, precisam trabalhar, ter cuidados

domésticos e com seus parceiros, e ainda cuidar de seus filhos/as e muitas sem assistência familiar e financeira para terceirizar esse cuidado. Em nosso contexto acadêmico, Castro (2019) verificou que as discentes mães da LEDOC/UFERSA têm dificuldades financeiras para alimentação, transporte, custear cuidadores ou locais adequados para deixar seus filhos. Dentre as 14 discentes do estudo, apenas 7,1% recebe auxílio estudantil para o transporte (CASTRO, 2019).

O foco da pesquisa foi como a UFERSA, via sua regulamentação, seus editais, assistências da PROAE, e os(as) professores(as) da LEDOC atendem as discentes mães e gestantes da LEDOC/UFERSA. Isso porque a LEDOC é uma graduação que recebe povos advindos do campo ou de movimentos sociais ligados a ele, forma professores(as) capacitados(as) nas áreas de Ciências Humanas e da Natureza, e a representatividade feminina é grande, incluindo mulheres de diferentes faixas etárias.

Nesse contexto, levantamos algumas reflexões: como tem sido a projeção de oportunidades para o acesso e suas permanências ao ensino superior? O que a universidade oferece como forma de acesso para tantas que são mulheres gestantes ou mães? Para responder tais questionamentos, o referido trabalho teve como objetivo investigar as políticas públicas de acesso e a assistência prestada às mães discentes da LEDOC/UFERSA.

Para tanto, realizamos entrevistas com professores/as LEDOC e com um representante pela Pró Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAE - UFERSA). Buscou-se respaldo dentro das leis e políticas públicas existentes no país, e dentro dos programas de assistência e permanência estudantil da UFERSA, e como está sendo implementado a estrutura física, o apoio financeiro, o amparo dos prazos de formação, meios esses, que viabilizem a permanência às mães discentes.

Este trabalho possibilita que mulheres conheçam seus direitos e tragam voz a sua luta, podendo também ser de grande valia à universidade, pois traz o panorama atual da UFERSA frente aos direitos das discentes gestantes e mães e aponta possíveis caminhos para haja uma integração justa dessas discentes.

2. REFERÊNCIAL TEÓRICO

Para contextualização do tema gerador é necessário entendermos como foi a trajetória feminina dentro da grande e conturbada história da educação brasileira, compreender as nuances que marcaram a luta das mulheres e sua chegada até os dias atuais dentro da nossa sociedade. Assim apontaremos, em um curto esquema, fatos que retratam a história do nosso país e seguiremos para leis e políticas que assistiram às mulheres durante a caminhada pela educação superior até a atualidade.

2.1. A educação das mulheres no Brasil: um passado de opressão e luta de gênero

A mulher, desde os primórdios da sociedade é vista como símbolo de manipulação e subordinação patriarcal. Segundo Xerri, até décadas antes ao século 21., em uma vertente positivista e conservadora, a mulher é tratada como um ser ligado às emoções, enquanto o homem é à razão. (MULHERES, 2020). Quando é abordado o assunto mulher dentro do meio histórico, algo que é lembrado em grande parte das vezes é a sua grande luta e resistência em muitos cenários. Seja no corpo, no trabalho, no ir e vir, na vida conjugal, nas escolhas, entre outros, as mulheres tiveram seus direitos violados por decisões que não eram as suas próprias, como também por falta de direitos e ações que as impediavam de chegar aonde se almejava. E o meio acadêmico é um desses cenários de exclusão, que demorou a ser alcançado pela mulher.

De acordo com Bezerra (2010), somente em 1837, em Ohio (EUA), surge o primeiro ingresso de mulheres na graduação, na universidade feminina Women's College, que foi fundada com a finalidade de receber apenas mulheres, todavia estudar com homens era algo impensado para a época. Mesmo com as mulheres tentando mudar suas realidades, as graduações oferecidas aos públicos eram diferentes. Enquanto para os homens a formação acadêmica era voltada a papéis de liderança, científicos, educacionais ou para cargos notórios como advocacia e medicina, para as mulheres eram oferecidos os de cuidados básicos da saúde, nada que pudesse elevá-las para além de qualquer homem.

Seguindo o mesmo processo, a educação das mulheres brasileiras chega tardiamente, onde no período colonial as mulheres eram apenas educadas para governar melhor seu lar, sendo uma boa mãe e esposa. (PEREIRA, FAVARO, 2017, p. 3). E o olhar de inferioridade foi o fato que separou a mulher de tantas possibilidades dentro da sociedade. (RIBEIRO, 2000, p. 79).

Através da grande vertente do catolicismo advinda da colonização portuguesa, o sistema de educação implantado no Brasil foi cultivado pelo sistema patriarcal que os Europeus ditavam na época, dessa forma educar também era papel dos homens. Em contrapartida as mulheres educavam em casa seus filhos, onde os meninos logo após seriam encaminhados a professores que aperfeiçoarem seus estudos, e as meninas continuavam ao lado de suas mães para aprender desde cedo todos os encargos da vida doméstica. (SILVA, 2014).

Só em 1822, depois da independência do Brasil, começa o processo de educação para as mulheres, mas o cenário era completamente marcado por divisões de gênero. As escolas iniciavam com um ensino padronizado, como: ensinando a ler, a fazer contas e operações matemáticas simples, assim como a doutrinação cristã, mas logo após o cenário mudava de rumo, os homens iam para ensino avançado e com cunho profissional, e as mulheres para a formação doméstica e de ensino dos/as filhos/as. (MARINHO, 2021).

Nathalia Bezerra debate essa falta da mulher dentro do contexto educacional, onde:

A ausência, que não foi voluntária, das mulheres na educação acarretou a invisibilidade delas na área educacional. Não havia uma real preocupação com a educação que era dada as mulheres. A sociedade, ao esquecer-se das mulheres tornando-as invisíveis, ignora o que objetiva uma das propostas de Edgar Morin que é a de compreender o outro. (2010, p. 4).

Todavia ao adentrar a educação as mulheres passaram agora a ocupar o papel do ensinar. Foi dado aí um importante passo para a chegada da mulher na sociedade trabalhista, o magistério. Essa foi uma nova maneira das mulheres se profissionalizaram, todavia, não era algo simples, mas com muitas limitações segundo Aranha (2006 apud MARINHO 2021, p. 14), elas precisavam de componentes além do conhecimento, como por exemplo, ter noções de costura, para conseguir ser uma professora na época. Ressalta Wagner Silva que:

Em 1827, através da Lei de 15 de outubro, no art. 12, as mulheres passaram a ser nomeadas desde que fossem brasileiras e honestas, comprovadas em exames públicos. Estas deveriam ensinar meninas e meninos nas escolas das cidades e vilas. (2014, p.15).

Mas a chegada das mulheres no magistério não gerou prestígio ou reconhecimento, e que a sociedade descreveu essa como mera ascensão dos homens em carreiras bem remuneradas, podendo chegar ao debate que até a queda do prestígio da educação foi gerada pelo adentrar da mulher, gerando a desvalorização da profissão. Outros autores reverberam que a responsabilidade foi do estado ao retomar e ampliar a educação, que acarretou drásticas mudanças. (SILVA, 2014). Entretanto, independente de motivo, sabemos que foi algo

necessário à época, pois homens não conseguiriam ensinar disciplinas ou saberiam realizar trabalhos que fossem de aspectos femininos, como costurar, maternar, bordar, entre outros, sendo esse o estopim para a grande ascensão das mulheres brasileiras. Por outro lado, para ocupar as grandes escolas da época, com ensinamentos profissionais e científico, ainda havia barreiras a serem quebradas.

Partindo para uma análise do cenário entenderemos como era complicado para que uma mulher tivesse acesso ao início e à continuidade da escolarização durante esse período. Além das questões de gênero, também precisamos enfatizar as questões raciais, uma vez que as poucas oportunidades eram exclusivas das mulheres brancas. Tendo em vista que a Lei Áurea foi assinada em 1888, e segundo Araújo et al. (2017), essa abolição serviu apenas para miséria da raça, causando principalmente nas mulheres negras a pior condição de vida possível. E na educação só aparece em meados do século XX, mas com resquícios de sua participação, mostrando que a mulher negra foi uma das maiores vítimas dessa sociedade patriarcal e racista.

Importante salientar que nessa época o estudo não era gratuito, ou seja, apenas famílias com boas condições financeiras conseguiam custear os estudos dos/as filhos/as, e para uma formação continuada tinham a escolha de estudar fora do país, mas só era permitido para os homens. As poucas escolas da época, que aceitavam mulheres, eram particulares e de ensino básico. (VILLELA, 1990).

Além da grande oposição dos maridos e pais (homens), quem dirá a sociedade, que não se achava necessário o estudo para a vida das mulheres. E as marcas desses atos surgem quando, conforme a partir das décadas de 30 e 40 ainda do século XIX, surgem as primeiras escolas especializadas na formação de professores e professoras, mas dentro dos matriculados nenhum era mulher. (VILLELA, 2011, apud SILVA, 2014). Em 1875, o magistério se expandiu trazendo as mulheres para formação e atuação no ensino. (ARANHA 2006 apud MARINHO 2021, p. 14).

A primeira mulher brasileira, Augusta Generosa Estrella, ingressou na universidade em 1876, graduou-se em medicina, em Nova York (EUA). Para tanto, precisou da autorização de Dom Pedro II e, posteriormente, em 1879 assinou o decreto que autorizava as mulheres a frequentar as universidades. (BEZERRA, 2010). Por sua vez, esse decreto entrou em vigência em 1881 e em 1884, Rita Lobato, foi a primeira mulher a adentrar uma universidade no Brasil, no curso de medicina, fato este que gerou o estopim na inserção da mulher no rumo acadêmico. (BEZERRA, 2010). A partir dessa entrada da mulher no mundo acadêmico e trabalhista iniciou-se os conflitos em torno da igualdade dos gêneros, pois a “divisão sexual

do trabalho” antes clara, objetiva e com padrões negativistas, passaria agora a se desmembrar do domínio a quem antes pertencia. Buscaremos agora entender como a maternidade foi um dos contragolpes para permanência da mulher na universidade, visando entender como podemos mudar esse cenário através de políticas atuais. (TERRA, 2019, p.7).

2.2. Sou mãe e agora? Permanência e inclusão das mulheres na graduação

Fazendo uma breve análise do quanto foi inserido em nós mulheres o papel de fragilidade, podemos entender que isso só existiu para que fossemos submetidas aos homens. Toda caracterização feminina incluindo a menstruação era motivo de vergonha e tabu, podemos perceber aí como ser mulher incomoda. Como expressa Fáveri e Venson (2007, p.73 e 74):

A representação das mulheres como seres descontrolados, fragilizados, dominados pelas emoções, foi elaborada por discursos construídos para justificar a ideia de que às mulheres cabe o âmbito privado, o interior, a proteção do lar. [...] é necessário destituir-se da noção de que o sangramento mensal marca naturalmente as mulheres para a debilidade, a fragilidade e o sofrimento.

Nosso corpo é marcado pela sexualização masculina, mas ao mesmo tempo é o templo sagrado que gera o filho, uma das maiores amarras para o ser feminino, pois ao ponto de vista da sociedade, é o que nos faz “mulher”, prisão essa que nos destina e nos faz do lar e dos filhos. (TERRA, 2019, p.7). Compreendemos hoje, ainda com fardos, que escolher ser mãe é um direito, nosso corpo nos pertence e acima de tudo ele é normal. Ao gerar uma nova vida é explícito que novas atribuições irão surgir aos seus cuidadores, mas é necessário reforçar que não é um dever apenas da mãe, o cuidado básico da criança é um encargo conjunto. Todavia, o que mais encontramos em nossa sociedade nos tempos atuais são mulheres com jornadas triplas e exorbitantes afazeres, lidando com casa, trabalho, estudo, maternar, vida social, educação, saúde, lazer, cuidado e muitos outros que não podemos ao menos calcular. É por essas causas que Ana Terra (2019, p.8), ressalta que “[...] não é de se surpreender que a educação, historicamente, tenha sido consagrada como um espaço negado às mulheres” pois sempre foram encarregadas excessivamente.

Se por um lado eram negadas de estudar por causa de seus filhos e afazeres domésticos, agora a casa e os filhos, ligados a uma série de atributos sociais são meios que inviabilizam a educação de muitas mulheres brasileiras. Assim surgiu nosso primeiro questionamento, como as mães e gestantes estão sendo assistidas dentro das universidades do Brasil nos dias de hoje?

Sabemos que a educação nos dias atuais é garantida como “direito social” (BRASIL, 1988), pela constituição federal de 1988 no Art. 6º, e ampliada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - LEI Nº 8.069/90 e em toda Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira - LDB Nº 9394-96, garantido para todo cidadão em seu Art. 2º, que:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996).

De modo que a mulher, independente de idade, tem pleno direito a um ensino igualitário e de qualidade tanto em âmbito público como privado, segundo as leis citadas. Porém, não existe nelas nenhum respaldo legal que viabilize a permanência de mães ou gestantes na universidade, englobando-as como um todo que não retém necessidades especiais.

Ampliando o arcabouço jurídico da pesquisa, que assegura o público pesquisado dentro do ensino superior, encontramos leis com foco direito em mulheres com filhos ou gestantes. Entre elas está a Lei Nº 6.202, de 17 de abril de 1975 que impõem a gravidez como necessidade especial dentro da Lei Nº 1.044, de 21 de outubro de 1969. Dando assim, o direito às mães discentes, a partir do oitavo mês de gestação, se afastarem do presencial e receberem atendimento domiciliar, como outros direitos implícitos. (BRASIL, 1975). Direito esse foi pensado inicialmente para que mulheres conseguissem a continuidade do ensino básico, mas atualmente também é respaldo para o ensino superior. O período estabelecido por lei é de três meses antes ou depois do parto, podendo ser prolongado por prescrição médica. (BRASIL, 1975). Por contraponto, a lei não assegura o atendimento domiciliar para tempos superiores a três meses, podendo afetar mães em casos de gravidez de alto risco, problemas no parto, entre outros. Apenas o afastamento para repouso é enfatizado como prolongado.

Em seguida, temos a Lei Nº 13.536, de 15 de dezembro de 2017, voltada ao prorrogamento das bolsas de estudos das mães pesquisadoras tanto em casos de maternidade como de adoções, sendo elas ofertadas pelas agências de fomento. (BRASIL, 2017). Salientando também, a Lei Nº 13.536 é a única em vigência para o atendimento exclusivo para mães universitárias, e nela está garantido que:

As bolsas de estudo com duração mínima de doze meses, concedidas pelas agências de fomento para a formação de recursos humanos, poderão ter seus prazos regulamentares prorrogados por até cento e vinte dias, se for comprovado o afastamento temporário do bolsista em virtude da ocorrência de parto, bem como de adoção ou obtenção de guarda judicial para fins de adoção durante o período de vigência da respectiva bolsa. (BRASIL, 2017).

Todavia, seu atendimento foi restrito apenas a um determinado grupo de pesquisadoras, ao invés de englobar as demais bolsas e auxílios, como as de assistência oferecidas pelas universidades federais e estaduais, os programas de incentivo à docência (PIBID, Residência acadêmica etc.), entre outras. Oposição essa, que afeta diretamente a permanência de muitas alunas após o nascimento de seus filhos.

Também cabe citar a Lei de Estágio Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, como garantia de direito para as estagiárias, mesmo não sendo voltada ao atendimento de mulheres gestantes ou mães, mas serve de respaldo baseado no direito à educação universal e igualitário. Sobre a Lei de Estágio, Nunes expressa que:

[...] se a lei assegura direitos de realizar tarefas em domicílio, também é possível considerar, com fundamento no princípio da igualdade, o direito ao recebimento da bolsa-auxílio e manutenção do vínculo de estágio durante o período de afastamento. (2018).

A seguir, destacamos os Projetos de Leis, ainda em trâmites judiciais, que atribuem direito à permanência de mulheres na educação. Escolhemos citar apenas alguns projetos dentro do período de cinco anos, visto que há muitos processos vetados ou sem continuidade. O resumo das propostas são:

- **PL 4870/2020:** “Inclui o art. 4º-B na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar à aluna gestante e lactante o acesso aos conteúdos e avaliações dos respectivos cursos em condições de igualdade com os demais estudantes”. (BRASIL, 2020);
- **PL 1654/2019:** “Dispõe sobre o direito à amamentação em público, tipificando criminalmente a sua violação”. (BRASIL, 2019);
- **PL 6885/2019:** “Altera a Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975, para dispor sobre a oferta de ensino remoto às estudantes universitárias gestantes e lactantes”. (BRASIL, 2019);
- **PL 451/2019:** “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional - LDB, para dispor sobre a assistência à adolescente grávida, em estado de puerpério ou lactante”. (BRASIL, 2019);

- **PLS 185/2018:**

Altera a Lei nº 13.536 [...], para estender a não bolsistas a suspensão do calendário das atividades acadêmicas por até 120 (cento e vinte) dias em razão da ocorrência de parto, adoção ou obtenção de guarda judicial para fins de adoção. (BRASIL, 2018).

- **PLC 12/2018:**

Altera a Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975, que atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para assegurar os direitos educacionais às mulheres gestantes, em estado de puerpério e lactantes. (BRASIL, 2018).

Tais aplicações dentro da Legislação brasileira, expressam que os poderes estão atuando pela causa feminina, porém mostram ainda, que precisamos de visibilidade no meio educacional, e que ainda é necessário rever muitas questões para garantir uma educação de qualidade e igualdade a tantas mulheres. E é a partir de situações presentes no cotidiano que nos deparamos com a falta de apoio da legislação a essas mulheres, e mesmo com ações em vigor e com a luta histórica que perpetua até os dias atuais, a falta de visibilidade ainda tem espaço dentro da universidade. Como exemplo recente, podemos citar o caso vivenciado pela estudante do curso de pedagogia da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), que foi retirada da aula, pois estava com sua filha de seis meses em sala. (SANTOS, 2022). Esses fatos ainda acontecem porque não temos leis e políticas públicas que acolham essas mães.

Para oportunizar o estudo dessas mulheres, algumas Universidades integram a assistência estudantil com programas de permanência. Por exemplo, a Universidade Estadual Paulista (UNESP), que desde o início de 2022 oferta bolsa de estudo para mulheres que se tornaram mães e estão na graduação ou pós-graduação. (PALHARES, 2021). Essa bolsa contribui para ajudar nas demandas existentes entre os estudos e a maternidade, lembrando que a mãe ainda necessita de transporte, alimentação, material didáticos, mas o cuidado básico do bebê e seus mantimentos. Então poderia ser usada para pagar a creche, berçário ou até mesmo cuidadores, fato este que pode manter muitas discentes em seus cursos.

A creche e berçários dentro da universidade também podem ser ótimas saídas para as mães, ajudando no transporte, que em muitos casos é contramão para as que deixam seus filhos na escola antes de ir estudar, ou até aquelas que precisam amamentar e estudar. Podendo ser também um recurso para universidade, pois além de aumentar o número de estudantes atuantes, serve para ampliar a educação profissional de muitos outros, como expressa Raupp (2004, p. 208):

No âmbito da graduação e da pós-graduação da universidade, a procura das unidades de educação infantil das universidades federais para desenvolvimento de pesquisas inclui pedagogia, psicologia, educação física, nutrição, odontologia, medicina, engenharia de produção, arquitetura, enfermagem, fisioterapia, farmácia, economia doméstica e educação artística. Essa multiplicidade de áreas que procuram as unidades de educação infantil no interior da universidade revela que tais unidades se caracterizam como uma referência que parece oferecer contribuição no processo de formação acadêmica também como campo de pesquisa, além de campo de estágio.

Cabe citarmos também a necessidade da implementação e alterações nas leis associadas a paternidade, uma vez que todo acúmulo de tarefas ainda é imposto para as mulheres. Por sua vez, a responsabilidade do cuidado e criação das crianças deveria ser compartilhada efetivamente com os homens, que poderiam contribuir com alimentação, organização da casa, higiene, levar a escola etc. Nesse sentido, as leis precisam incluir as dimensões paternas e maternas.

Para finalizar temos o exemplo dos trocadores infantis nos banheiros da universidade como uma solução para as mães e pais que improvisam a troca de seus filhos quando estão com eles pela universidade. Mas atualmente, as universidades públicas conseguiriam meios para realizar tais demandas?

Para as Universidade Federais e IFs, essas demandas fazem parte da assistência estudantil, fomentada pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) - Portaria MEC nº 39, de 12 de dezembro de 2007 e regido pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Programa esse que tem como objetivos:

I- democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. (BRASIL, 2010).

Baseado em tais argumentos podemos, com direito, reivindicar programas que auxiliem as mães discentes, já que entendemos que o maternar importa mulheres a uma situação de desigualdade social em comparação aos demais estudantes que não tem outra vida como responsabilidade, ou até impedimentos para usufruir de todo arcabouço acadêmico, e não precisam evadir seus estudos por não conseguir conciliá-los, como exemplo as creches, que são um eixo dentro do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.

Para Universidades Estaduais o cenário é um pouco diferente, tendo em vista que os recursos são consolidados a partir do repasse do estado ou de ações conjuntas do Governo Federal, através do MEC.

Através da pesquisa bibliográfica, entendemos que cada universidade tem seu meio de oportunizar a assistência estudantil, sendo todas ligadas a Secretaria de Educação Superior (SESU). E existem diversos meios de possibilitar a permanência estudantil, onde cada programa é criado a partir de necessidades dos/as estudantes, como também do atual cenário social. De alguma forma as universidades precisam trazer o direito de tantas mulheres para ações relevantes, visto que não são problemas simples e sem fundamentos. A luta estudantil deve ser o meio de busca por reivindicações, tendo amparo dos meios legais, estudos e possíveis planos que supram a necessidade de cada unidade.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

Para investigar todas as questões, optamos por dividir o trabalho em três principais fases: levantamento bibliográfico, entrevistas com representantes dos órgãos institucionais e entrevistas com professores/as do curso.

O levantamento bibliográfico foi realizado através do Portal UFERSA (site oficial) e de seus editais.

Na segunda fase aplicamos as entrevistas, com roteiros de perguntas semiabertas (APÊNDICE A), iniciando com responsáveis pela PROAE, que é “o órgão executivo vinculada diretamente à Reitoria, e tem como missão planejar, coordenar, promover, e avaliar as atividades comunitárias, especialmente as de assistência ao estudante” (PORTAL UFERSA 2018).

Por fim, realizamos entrevistas (APÊNDICE B) com os/as professores/as do curso de Licenciatura Interdisciplinar em Educação no Campo (LEDOC), coletando as estratégias e suas experiências com as mães discentes da universidade. Nós escolhemos, aleatoriamente, quatro professores/as do quadro de professores da LEDOC para participar das entrevistas.

Na elaboração das questões evitamos constranger os/as entrevistados/as, e que fossem de fácil entendimento, para construir um diálogo construtivo e adequado à realidade deles.

Todas as entrevistas foram gravadas, a partir do aplicativo do celular, e posteriormente transcritas.

Elaboramos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), incluindo a utilização de codinomes para sigilo dos/as participantes (APÊNDICE D). Para tanto, utilizamos nomes de plantas presentes na Caatinga como Mandacaru, Jurema, Carnaúba, Bromélia e Angico.

Adicionalmente, o termo de autorização para uso de áudio, que são documentos que esclarecem os fins da pesquisa e asseguram os/as indivíduos envolvidos/as na pesquisa. Estes foram devidamente explicados, lidos e assinados antes de dar início as entrevistas (APÊNDICE E).

3.1. Análise de dados

Nesse trabalho utilizamos as três fases de análise de dados como sugerido por Bardin (2011). Partimos da pré análise do material, onde foi feita a transcrição das entrevistas qualitativas gravadas para a forma de escrita (APÊNDICE C). Como também todas as leis e

materiais que foram utilizados na pesquisa, buscamos assim um plano de análise ideal para a próxima etapa.

A segunda fase, exploramos o material, onde utilizamos o plano de análise para conseguir trabalhar os dados através de procedimentos manuais, separando as perguntas e dividindo os materiais para cada grupo, tendo em vista ser uma pesquisa qualitativa com abordagem exploratória, envolvendo cruzamentos de informações e associações entre os dados.

Por fim, realizamos a fase de tratamento dos resultados e interpretação, montando os resultados, discussão e conclusão do trabalho.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Entrevista com a Pró Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAE)

Inicialmente, buscamos entender como a UFERSA implementa as políticas de assistência estudantil e de permanência. Cabe ressaltar, esse órgão nos atendeu prontamente e nos deu todo suporte necessário para o desenvolvimento do trabalho. Visando garantir o sigilo desse trabalho utilizamos o codinome Mandacaru.

4.1.1. Dados gerais

De acordo com o entrevistado, a PROAE funciona há mais de 55 anos e atua desde o tempo da ESAM (Escola Superior de Agricultura de Mossoró), onde oferecia moradia universitária.

Em entrevista, Mandacaru não soube mensurar com exatidão a quantidade de estudantes beneficiados/as. Atualmente o RU é a maior assistência, atende cerca de 3.600 estudantes por dia, e a universidade arca com a maior parte do valor, e o/a estudante paga R\$2,50 no almoço e R\$2,00 no jantar, onde sem essa assistência cada refeição seria R\$13,00.

Em relação ao aspecto de assistência por pagamento pecuniário (bolsas e auxílios), ele relata que são ofertadas por semestre letivo de 800 a 1.000 bolsas, que segundo ele:

[...] o orçamento PNAES comporta 800 bolsistas, mas a gente busca outra fonte de financiamento, como orçamentos da universidade em outras ações para também financiar as bolsas, então, no semestre passado convocamos 100 suplentes e assim a gente vai tentando alcançar o maior número de alunos possíveis. (Entrevista com Mandacaru, 2022).

A partir da entrevista, foi possível perceber que UFERSA tem o objetivo de abranger o maior número de estudantes a partir de seus recursos.

Quando perguntamos sobre os principais tipos de assistências prestadas pela universidade, estão: moradia estudantil com 880 vagas para todos os Campus, RU para graduação e pós-graduação, o pagamento de bolsas e auxílios que são várias modalidades, bolsa acadêmica, bolsa esporte, auxílio didático, auxílio moradia, auxílio alimentação, auxílio saúde, auxílio emergencial, auxílio transporte, auxílio à pessoa com deficiência, auxílio creche voltados à mães e pais de crianças até seis anos de idade.

Em análise a esse quadro geral, podemos dizer que a UFERSA é uma universidade que dá assistência a seus estudantes, como ele mesmo citou:

[...] tem várias outras ações que nem usam recursos, como o ônibus passando dentro do campus, para que o estudante não tenha que ir para fora da universidade ficar exposto a assalto, fica exposto a uma temperatura elevada, então muitas ações...negociação com cantina para vender o café (com pão ou tapioca) por R\$1, isso não tem nenhum custo para a universidade, mas também é um benefício a mais para os/as estudantes da UFERSA. (Entrevista com Mandacaru, 2022).

Entendemos que essas ações, englobam a demanda geral da universidade, e tudo que foi citado também pode servir de suporte para as mães discentes. A seguir, mostraremos a segunda parte da entrevista com PROAE com especificidade ao tema gerador.

4.1.2. Atendimento da PROAE para com as mães-discentes

Chegamos agora na parte específica da entrevista, e começamos com a questão acerca da existência de seleções ou assistências voltadas para mães ou gestantes universitárias, mas segundo o entrevistado, o único programa na instituição é o auxílio creche, que passou por alteração no ano vigente, que antes era a quantia de R\$ 230,00 passando a ser R\$ 400,00.

Podemos salientar que este é um pequeno ganho na luta, tendo em vista que as creches ou berçário, na cidade do campus tem valor muito mais alto ao antes recebido.

Ao ser questionado, ele mostrou entender uma das reivindicações das estudantes, e que o motivo do aumento foi: “[...] porque a gente sabe que quem é mãe tem uma dificuldade maior, então a gente praticamente dobrou o valor do auxílio creche”. (Entrevista com Mandacaru, 2022).

E com intuito de sabermos mais acerca das percepções, quanto a necessidades das universitárias mães e gestantes, o questionamos e ele respondeu:

Eu acho que não é porque uma estudante tá gestante ou mãe, que ela tem que desistir dos seus sonhos de concluir a graduação, então a universidade tem que apoiar, então aqui na PROAE a gente apoia, apoia não só o pecuniário, a gente apoia com orientação, com suporte psicológico, com apoio pedagógico, odontológico, então são alguns serviços que a gente oferece para os nossos estudantes, inclusive para mães, é claro que as mães devem ter o atendimento prioritário, a gente entende a dinâmica e a PROAE está parceira, tá junto das mães para defender os interesses, inclusive, dentro da sala de aula, mesmo que seja uma área que não seja competência da Pró-Reitoria. (Entrevista com Mandacaru, 2022).

Todavia em relação à estrutura física, ainda passamos por um processo de atraso, tendo em vista que não tem nenhum recurso segundo ele, que possa servir de apoio para as estudantes mães e lactantes. Porém, segundo ele, a universidade está no processo de aquisição de trocadores infantis, como também:

A gente tá fazendo algumas simulações para moradia estudantil, inclusive já temos a nossa primeira mãe na moradia estudantil com filho, [...] uma estudante da pós-graduação de outro país, e a gente achou, mesmo não sendo obrigada a universidade recebê-la [...]. (Entrevista com Mandacaru, 2022).

Essa notícia traz um novo modo de pensar a universidade, pois é algo pouco visto entre os programas de permanência, mas é totalmente aceito, visto que possibilita a vivência com seus filhos, ao mesmo tempo que precisam estudar. Tornar o processo de aprendizagem mais leve para essas mães, estamos na torcida que esse possa ser implementado e assistido pela universidade.

Nossa última questão, tendo em vista duas questões (7 e 8 - APÊNDICE A) serem realocadas para outro setor da UFERSA, mas por falta de atendimento desta, iremos responder através de pesquisa no tópico de análise.

A pergunta sobre a existência de grupo de apoio ou trabalhos de orientação às discentes grávidas e mães, e esse trabalho segundo ele é feito pela assistente social que tem trabalhado com essas mulheres, e nos últimos meses estava fazendo o levantamento de todas as mães discentes da universidade.

Esses dados são um ótimo meio para repensar as prioridades da universidade acerca dessas mulheres, podendo ter um peso na implementação de ações para o coletivo.

4.2. Entrevistas com Professores da LEDOC

Os resultados das entrevistas com os/as professores/as da LEDOC foram organizados e tabulados (APÊNDICE B e C). Para preservar a identidade, utilizamos os codinomes Jurema, Carnaúba, Bromélia e Angico.

Podemos relatar que os/as entrevistados/as conseguiram se expressar com muita clareza, e que com essas entrevistas foi possível entender melhor a realidade vivenciada por muitas mulheres, mães e gestantes do curso.

Os/as professores/as entrevistados/as são de ambos os gêneros, e com 8 a 20 anos de experiência em sala de aula.

Dentro do curso de Educação do Campo (LEDOC), todos/as relataram que já tiveram contato com mães ou gestantes dentro do processo de ensino, como podemos citar:

Não[...] tivesse gestando não, mas mãe sim, então às vezes já trazendo a criança [...]. (Entrevista com Jurema, 2022) Sim, o curso ele tem majoritariamente um número de mulheres, então desde a primeira entrada eu estou no curso. desde a primeira turma, então a gente teve muitas mulheres que ficaram gestantes no período dos seus estudos [...]. (Entrevista com Carnaúba, 2022). Sim, é bastante corriqueiro, e essa é

uma realidade muito presente aqui, é um curso que tem características de ser pessoas que não tem uma vida acadêmica linear. Então são mulheres que já tem mais idade, com uma vida pessoal já, não a maioria [...]. (Entrevista com Bromélia, 2022).

Nesse sentido, podemos dizer que o público da LEDOC é ideal para entendermos vários processos de atendimento às mães discentes, visto que tem um número expressivo de mulheres com idades variadas.

Resumindo as experiências deles/as com as mães e gestantes podemos relatar:

[...] não chegou nenhuma demanda específica pra mim como gestante, [...] por exemplo, que a gestante pode pedir um atendimento domiciliar estando na minha disciplina por uma necessidade médica[...]Então minha experiência é ter na aula uma criança, e eu nunca tive problema, nunca foram crianças que atrapalharam as vezes a gente dá um “negocinho” pra pintar, deixa usar o quadro, então é assim, nada muito específico, e nada que atrapalhasse minha aula e nada que eu planejasse[...]. (Entrevista com Jurema, 2022).

A experiência é algo até que a gente se identifica, porque eu engravidei, eu tive muita empatia no sentido assim, mesmo sabendo que era algo novo para nós, como professora de uma licenciatura [...] também no sentido assim dos alunos serem muito solidários, alguns fizeram chá de bebê, fizeram momentos para doar alguma coisa para aquela pessoa, para o bebê, fazer essa parte também. (Entrevista com Carnaúba, 2022).

A grande necessidade, e eu acho que isso reverbera no âmbito das disciplinas, é muito em função do cuidado, características das mulheres na divisão sexual do trabalho, as mulheres são prioritariamente quem estão no âmbito do cuidado [...] imagino que nesse dia, nesse momento que elas estão, é uma preocupação a mais porque de fato como absorver um conteúdo quando há outra pessoa dependendo ali de você? [...] (Entrevista com Bromélia, 2022).

É que a gente tem que tratar de forma diferente, de forma equitativa, fazendo com que essas discentes tenham toda assistência possível, para tentar compensar o período que elas não estão fisicamente em sala de aula. O docente tem que ter um olhar diferenciado e uma sensibilidade. (Entrevista com Angico, 2022).

Foi possível perceber o acolhimento dos/as professores pelas discentes mães e/ou gestantes e a identificação das necessidades dentro da formação delas. Adicionalmente, conseguimos ver que os profissionais estão por dentro dos direitos das alunas, mostrando que até o professor do gênero masculino entende a necessidades de acolher as mães, visto que elas precisam um olhar diferenciado (Entrevista com Angico, 2022).

Para compreender como foi o desempenho dessas alunas, os questionamos a respeito do resultado nas disciplinas lecionadas, e o que surpreende, mas é um fato esperado, infelizmente, é que relataram que muitas alunas desistiram ou foram reprovadas, e que disciplinas mais “simples” elas até conseguem, mas disciplinas, como o estágio e o TCC, foram citados com muita dificuldade de conclusão. Segundo eles:

[...] foi reprovada se eu não estou enganada, foi reprovada, e a outra que estava fazendo o estágio teve que trancar porque a criança ficou doente ao longo do período [...] (Entrevista com Jurema, 2022).

No meu caso, que trabalho com [...] disciplinas mais do núcleo comum, então elas conseguiram concluir, pelo menos [...] pediram atendimento domiciliar e tiveram acesso a esse atendimento domiciliar para poder continuar (Entrevista com Carnaúba, 2022).

Algumas trancaram, eu acho que mais as grávidas trancaram, mas do que propriamente, eu não tenho nenhum estudo, mas assim em uma análise mais empírica eu acho que as que estavam grávidas se desligaram mais do que as que já tinham filhos [...] mas de fato as questões objetivas, de deslocamento, muitas vezes elas vem em ônibus com vidros quebrados das comunidades que elas vem, isso causam náuseas, enfim são questões objetivas que limitam as participações delas, e são mulheres que já tem outros filhos e tudo isso, essa gama de questões, elas tem impactado, sobre a maneira, a vida dessas mulheres (Entrevista com Bromélia, 2022). Concluíram, que eu lembre, todas concluíram. (Entrevista com Bromélia, 2022).

Ao lermos tais relatos, podemos perceber também que as gestantes, entre o público, são muito afetadas, tanto no início da gravidez, pelos enjoos e todas as questões que surgem nos primeiros meses de gestação, como também no período preliminares ao nascimento dos filhos. Vemos como é necessário a política de permanência voltado a esse público e é de total importância que esse seja continuamente divulgado pela instituição em seu site e pelos/as professores/as.

Se um professor está em sala de aula é necessário que ele possa ser um meio de visibilidade para que muitos processos possam acontecer, tendo em vista que são casos diferente e o acesso à informação é algo que para muitas mulheres é restrito, tendo em vista a condição financeira, a moradia, as tecnologias, entre outro.

Pensando nesse cenário, perguntamos aos professores/as se eles/as conhecem os direitos das discentes mães ou gestantes, atualmente, vigentes na UFERSA. Em síntese, eles/as expressaram que:

Eu sei da assistência domiciliar, né?, da gestante quando nasce, você entra e tem licença maternidade não é no mesmo período das professoras, que tem seis meses, pelo que eu lembro da portaria que fala sobre a gestante, que fala em três meses quando tá amamentando [...]. (Entrevista com Jurema, 2022).

[...]pela lei elas estão asseguradas a ter o seu direito em casa, na necessidade de prorrogação do curso, da necessidade de ter acesso ao estudo domiciliar, no caso principalmente em caso de gravidez, em casos que tenham algumas complicações[...] E posteriormente algumas universidades já estende inclusive para o período da amamentação, aqui na universidade pelo menos eu tenho ciência que ela tem [...]. (Entrevista com Carnaúba, 2022).

Eu até quando falo com essas alunas eu sempre eu tento fazer com que elas recorram à esses direitos, por exemplo o direito do exercício domiciliar [...] tendo em vista

que a instituição não em creche pra fazer com que essas mulheres tenham de fato um espaço na universidade de acolhimento, que elas possam garantir que elas estejam aqui, que seus filhos estejam aqui próximo também, sendo acompanhados, então isso é uma limitação. (Entrevista com Bromélia, 2022).

Eu sei que elas têm direito a fazer também disciplinas domiciliar, atendimento domiciliar, e quando possível o docente ir até a residência, como eu já fui. (Entrevista com Bromélia, 2022).

Em análise a essas respostas, podemos perceber que os/as professores/as só mostram conhecimento do direito de atendimento domiciliar previsto pela Lei Nº 6.202 de 1975 (BRASIL, 1975), visto que, atualmente, não são muitos os direitos referentes à permanência dessas mulheres e que o atendimento citado inclui atividade deles/as.

Posteriormente, pedimos os relatos das mães discentes durante as aulas, sobre maternidade e os estudos (problemas, dificuldades etc.). Nesse momento, encontramos relatos em que as mães precisaram trazer seus filhos para a sala de aula ou ainda, que sentiram pressão negativa dos familiares para a continuidade dos estudos, uma vez que não tinham condições de deixar as crianças com cuidadores ou em ambientes adequados.

Não necessariamente teve esse caso do estágio que em relação a ida ao campo de estágio foi inviabilizado de uma certa maneira, também pela existência da criança, porque como ela estava passando por alguns problemas de saúde não podia ir a creche, para sala de aula ela trazia, mas para o estágio ela não poderia levar, então foi o relato que eu tive nesse sentido. (Entrevista com Jurema, 2022).

Muitas relatam a dificuldade de conciliar com seus estudos, muitas vezes a família pede que desistam do curso, às vezes o esposo, ou muitas vezes questões dela não ter com quem deixar a criança e tem casos assim da mãe vir para aula trazendo a filha ou o filho como eu já vi aqui na instituição, então muitas relatam essa necessidade de ter que trazer a criança porque não tem com quem deixar para poder terminar seus estudos. [...]. Em outros casos em relação também vi assim falar para terminar o trabalho de conclusão de curso [...]. E no período umas ainda precisam trabalhar para sustentar os filhos, então isso também é um impedimento porque essas questões não são só centradas na UFERSA e dentro da realidade de cada uma. (Entrevista com Carnaúba, 2022).

Como eu também ministrou a disciplina de gênero essas discussões sempre perpassam, mas independentemente de ser da discussão de gênero, hoje mesmo a gente estava nessa discussão de maternidade, e como por vezes essa falta de rede compromete, então eu sempre reforço o quão desafiador é elas estarem aqui, e como elas devem aproveitar o espaço que estão aqui, porque é muito uma tarefa de resistência, tendo em vista que muitas não recebem apoio da família, por que a obrigatoriedade do trabalho [...]. (Entrevista com Bromélia, 2022).

Em geral elas falam da questão da falta de tempo né. inclusive eu já visitei uma com um "bebezinho pequenininho", uma bebê. e é a falta de tempo, porque tem que dá atenção ao recém-nascido, tem que se dedicar também, muitas das vezes, a casa. A mulher tem várias jornadas ao mesmo tempo, além de ser mãe, é esposa, dona de casa para dar conta e ao mesmo tempo ter que estudar, e não só estudar, aprender. (Entrevista com Angico, 2022).

Todo esse processo reverbera com o intuito da pesquisa, tendo em vista os processos que levam as mulheres a abandonar a universidade depois da maternidade, ou até mesmo antes de nascer, pois sabem que não vai ser fácil continuar no curso. Como também, pode ser inviável levar seus filhos para a universidade, pois podem não encontrar um cenário de apoio, de certo que, a UFERSA, no quesito de recursos físicos, não financia seu meio como creches, berçários, trocadores etc., além da flexibilidade de alguns professores/as ao ter uma criança dentro da sala de aula.

E a respeito desse último quesito, tentamos entender como os professores da LEDOC lidam com a presença dessas crianças, e se alunas já trouxeram seus filhos para aulas presenciais, e as resposta foram:

Sim, muitas vezes, eu lamento a necessidade [...] primeiro o sistema público nosso, social, deveria dar condições dessa pessoa ter onde deixar a crianças, não havendo né? [...]a própria instituição poderia ter um espaço destinado às mães, [...] eu não sou contra trazer para sala de aula, se tiver que trazer eu não me incomodo, realmente eu não tenho nenhum problema com isso, agora eu acho só uma pena, a própria instituição sabendo que existe essa necessidade não ter uma política institucional de atendimento às mães que precisam trazer as crianças. (Entrevista com Jurema, 2022).

[...] no caso das minhas aulas, teve mulheres que trouxeram sua criança, mesmo ela não tendo filho durante o curso, mas elas já tinham filhos quando entrou. tem esses casos também, ela não tinha com quem deixar, ela trouxe o filho para assistir aula. Pra mim nunca atrapalhou não, muito pelo contrário, eu acho que é interessante, até mesmo porque, como eu falei, eu me identifiquei bastante que eu já tive que levar meu filho amamentando [...]. (Entrevista com Carnaúba, 2022).

[...] a gente tem, é que acolher mesmo, é acolher, mas também é lutar pelos direitos dessas mulheres, lutar por creche, eu acho que é fundamental. Hoje nós já avançamos muito, nós mulheres estamos, ocupamos os espaços da universidade, mas a universidade não se preparou para nos acolher. Essa é uma realidade da UFERSA, mas é de outras instituições, nós temos instituições pontuais, e que pensam uma política pública excepcional para inserção e permanência de fato das mulheres na universidade é ter creches. (Entrevista com Bromélia, 2022).

Sim, já, algumas já levaram, várias já levaram. inclusive as crianças são praticamente da turma né. então a gente ajuda na medida do possível, é que a gente entende a situação, que muitas vezes não tem com quem deixar, as vezes a crianças precisa mama, e fica na sala de aula, não atrapalha não, é só trabalhar alguma forma, a mãe, trabalhar alguma forma [...]. (Entrevista com Angico, 2022).

As respostas recebidas foram todas no sentido do acolhimento, tendo em vista que é um fato recorrente dentro curso, e os professores apresentam em suas falas que até mesmo as professoras que precisam também trazer, encontram-se assistidas pelas turmas, havendo uma certa troca de vivências, gerando há visibilidade e integração das mães dentro do curso.

Eu, como aluna e mãe, posso afirmar que os professores titulados na LEDOC, dão um suporte, onde tornou-se situações normais, e com uma representatividade para as mulheres, pois sabem que não encontraram resistência ao trazer seus filhos.

Partindo para o conhecimento acerca de programas de assistenciais e de permanências presentes na UFESA, os professores entrevistados conheciam pouco, sendo citado apenas “O auxílio creche” (Entrevista com Jurema, 2022), programa voltados a mães e pais docentes, e o “programa de permanência, com bolsas e auxílios” (Entrevista com Carnaúba, 2022), programas voltados a todos ou outros docentes, nada específico. Os outros dois entrevistados não citaram nenhum programa específico da UFERSA.

Todavia, mesmo sem conhecer a professores que reconhecem a necessidade por essas ações partindo da universidade, onde podemos citar a fala:

É fundamental, não acho que seja necessário, é fundamental. Eu acho que é fundamental, se de fato a gente pensar em uma universidade para todos e todas e pensar em uma universidade inclusiva, ela passe diretamente para o papel essa questão das mulheres. E como essas mulheres jovens e mães elas permaneçam aqui. (Entrevista com Bromélia, 2022).

Desse mesmo ponto de partida pedimos exemplos para repensar uma universidade igualitária, e os exemplos foram:

Eu acho que há UFERSA propriamente dita, tem poucas licenciaturas, mas a gente tem um espaço. [...] mas enquanto política institucional poderia ter um espaço tipo creche, não só para as estudantes, às vezes os próprios professores, tem colegas que tem que trazer os filhos, a gente ver em uma reunião [...]. (Entrevista com Jurema, 2022).

Combatendo a desigualdade de gênero e de raça, me vejo como mulher negra, como pesquisadora, como professora. Nessa relação da permanência é muito importante um investimento das políticas, nas políticas afirmativas que vão justamente combater as desigualdades, pra ter ao menos uma educação de qualidade, senão de equidade. então um ensino de qualidade ele passa também pela questão da gratuidade, de que possa ser ampliada os números de acesso a esse ensino e passa por investimentos na educação nesse sentido de garantir que a universidade tanto no ensino, pesquisa, extensão, trabalhar em prol da elevação da qualidade do ensino [...]. (Entrevista com Carnaúba, 2022).

Fundamentalmente pensando em políticas públicas, em uma política de inclusão que leve em consideração creches, que leva em consideração [...] escolas integradas [...] Então uma estrutura de universidade que pense para além da questão do ensino, que pense como uma estrutura de ensino para além do tripé, ensino, pesquisa e extensão, mas que pudesse pensar uma complementaridade de políticas que garantisse a esse sujeito o direito de acessar ao espaço da universidade, mais acessar de forma completa, vivenciando tudo que a universidade posso ofertar, vivenciar cursos, participar de pesquisas, participar de extensão. (Entrevista com Bromélia, 2022).

Não sei, de repente um berçário, uma creche, uma atividade recreativa para as crianças, para as discentes que tem filho pequeno e não tem com quem deixar, é uma forma de contribuir para que elas não abandonem. (Entrevista com Angico, 2022).

Todos os exemplos citados, servem como suporte às mães, dessa maneira os professores também veem a necessidade de implementação nos recursos ofertados, na estrutura, e no serviço prestado, que são fundamentais dentro do processo de permanência das mães, salientando que mesmo não desempenhando cada um das sugestões, mas por existir tantos meios, a universidade poderia reforçar novas maneira de atender ao público alvo.

Ao fim dessa pesquisa perguntamos a cada um, se eles eram pais ou mães, três (3) tem filhos/as e apenas um (1) não tem, mas o intuito principal da pergunta era saber se a maternidade/paternidade trouxe um olhar de amparo a causa das alunas mães. Tendo como exemplo a resposta de Carnaúba:

Com certeza, primeiro por que com a chegada dos meus filhos, eu tive dois filhos um no mestrado e outro no doutorado, então com certeza a minha forma como eu fui acolhida pelos meus professores na pós-graduação, então eu procuro melhorar também esse sentido aí, de eu pôde de alguma forma acolher minhas alunas a partir dessa experiência que eu tive que mudou a minha vida, minha relação com a maternidade. (Entrevista a Carnaúba, 2022).

Não podemos afirmar que viver na prática a maternidade/paternidade é a única maneira de entender a necessidade dessas mulheres, mas pode ser um meio de ampliar o olhar e oportunizá-las dentro do meio acadêmico. Conseguimos através dessa parte da pesquisa, compreender como é a acolhida das alunas da Licenciatura em Educação do Campo, mostrando assim a assistência prestada pelos profissionais da educação e os pontos de vista daqueles que trabalham na UFERSA, mostrando assim que existe a necessidade da ampliação dos meios de permanência e assistência.

4.3. Análise comparativa dos resultados obtidos.

Durante o desenvolvimento desse trabalho, a partir das observações, revisão bibliográfica e das entrevistas, conseguimos listar os meios específicos que priorizam as mães matriculadas, sejam elas grávidas, com filho pequenos e em processo de adoção dentro da UFERSA. Dentre eles podemos citar: (i) atendimento domiciliar para grávidas e lactantes (Lei Nº 6202/75), (ii) prorrogação de bolsas financiadas por órgãos externos, como CNPq e CAPES, após afastamento na gravidez (Lei Nº 13.536/17), (iii) afastamento a partir do oitavo mês de gravidez, como garantia de direito para as estagiárias (Lei de Estágio Nº 11.788/08), e (iv) auxílio creche garantido pelo PNAES (Edital PROAE 005/2021- UFERSA).

Importa salientar que o auxílio creche é o único meio financeiro de permanência ofertado pela UFERSA para esse público, e atende segundo o EDITAL 03/2022:

[...] a discentes com dependente(s) legal(is) na faixa etária de 0 (zero) a 5 (cinco) anos e 11 (onze) meses, desde que faça parte do seu núcleo familiar comprovado pelo CadÚnico, para despesas com creche ou outras relacionadas à manutenção infantil, enquanto desempenham suas atividades acadêmicas. (UFERSA, 2022).

Nesse último edital, foram ofertadas total de 19 vagas para os quatro campus (Mossoró, Caraúbas, Pau dos Ferros, e Angicos), das quais apenas seis atendiam as estudantes de Mossoró. O valor da bolsa foi de R\$ 400,00 por dois semestres.

Cabe ressaltar que, conseguimos compreender que a universidade tem um vasto número de atendimento a seus alunos, contando com suporte psicológico, restaurante universitário, suporte pedagógico, suporte odontológico, bolsas e auxílio (Permanência acadêmica, esporte, moradia, didático-pedagógico etc.), moradia universitária, entre outros. E que nada impede que as discentes mães se candidatem e acessem esses benefícios, por outro lado, vemos grande carência ao atendimento das necessidades de grupo.

Por fim, podemos descrever que a assistência pedagógica é garantida na Universidade Federal Rural do Semi-Árido, e que visa atender o público em geral. Assim como a assistência prestada pelos professores da LEDOC, é um meio de assegurar que muitos alunos permaneçam.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notório que as mães universitárias vêm conseguindo, através de muita luta, garantir seus direitos dentro da Legislação Brasileira. Entretanto, precisamos de políticas públicas e de investimentos das universidades para que as mães e gestantes tenham suporte e acolhimento necessários para sua permanência na vida acadêmica.

Entendemos que as atuais leis foram apenas modificadas para atender essas mulheres, mostrando que os poderes administrativos do país não trabalham com tanta propriedade na causa das mulheres universitárias, e se por um lado a mulher conseguiu adentrar em grande força a universidade, mas com a falta de acesso e disponibilidade de programas de permanência e assistência, as estudantes mães, tendem a abandonar o meio universitário.

Concluimos assim que a UFERSA tenha traços dessa legislação voltadas às mães, todavia esses incentivos à permanência são ainda mínimos, e em relação ao seu número de mulheres mães podem ser considerados como imperceptíveis.

Entretanto, nos surpreendemos com o fato de que a UFERSA está testando novas formas de agregar mães universitárias na moradia estudantil, fato novo no debate a permanência, como também na possibilidade de aquisição aos trocadores, esse pode ser um passo para viabilizar e implementar a luta feminina, podendo ser alvo de muito debate futuro.

Incentivamos através desse trabalho que se pense novas formas de prestar atendimento a esse público, visto que as mulheres continuam ingressando a cada processo seletivo e toda possibilidade oferecida é um ganho, tendo em vista a profissional como educacional, as mulheres precisam desse incentivo para vencer todo o desinteresse que a sociedade atribui a sua educação e assim alcançarmos outro patamar dentro da igualdade de gênero.

Deixamos como exemplo algumas formas de implementar a permanência, seja por trocadores, berçários, creches, auxílio maternidade, auxílio creche, grupo e coletivos, atendimento médico, recebimento de atestado dos filhos como justificativa para abonar faltas, entre outros. Sabemos que atender todas as demandas é impossível, mas alguma coisa é necessária fazer, visto que é direito a igualdade e a universalização do ensino.

Em relação aos professores/as da LEDOC, vimos que são profissionais capacitados para atender esse público, mostrando que o curso só tende a ganhar quando recebem e apoiam a continuidade dos estudos das mães, visto a grande necessidade das estudantes matriculadas, e agindo dessa forma, priorizam o ensino e combatem a evasão.

Como sugestão ao Colegiado, incentivo formas de ressaltar a importância do acolhimento das mães discentes, podendo ser trabalhado tanto para os/as professores/as como para os/as estudantes.

Por fim, conseguimos entender que esse trabalho abrange um vasto campo de conhecimento, ainda pouco explorado. Deixamos esse trabalho, como ponto de partida para muitos outros que virão.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Vanda Aparecida de; COSTA, Thiago Batista; XAVIER, Sara Santos. Mulheres negras e educação: (re) construção de uma história de vitimização e a possibilidade de empoderamento. In: SILVA, Neide Cristina da; LIMA, Francisca Mônica Rodrigues de; SILVA, Maria Lucia da (org.). **Educação e o empoderamento da mulher negra**. São Paulo: Casa Flutuante, 2017. p. 53-72.

ASSUNÇÃO, Valmir. **Projeto de Lei nº 451/2019**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional - LDB, para dispor sobre a assistência à adolescente grávida, em estado de puerpério ou lactante. Brasília: Câmara dos Deputados, 05 fev. 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2191134>. Acesso em: 15 nov. 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo. 70ª edição, 2011. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/?lang=pt&q=au:%22Bardin,%20Laurence%22> Acesso em: 10. ago. 2022.

BEZERRA, Nathalia. **Mulher e universidade**: a longa e difícil luta contra a invisibilidade. S.l: Repositório Institucional - Ministério Público do Estado da Bahia, 2010. 8 p. Disponível em: <http://dspace.sistemas.mpba.mp.br/jspui/handle/123456789/806>. Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. Constituição (1975). **Lei nº 6202, de 17 de abril de 1975**. Atribui a estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo decreto-lei 1.044, de 21/10/1969 (que dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica), e dá outras providências. Brasília, DF, 17 abr. 1975.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil - 1988**. Brasília, DF, 05 out.1988.

_____. Constituição (1990). **Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 16 jul. 1990.

_____. Constituição (1996). **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Constituição (2008). **Lei nº 11788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, DF, 26 set. 2008.

_____. Constituição (2010). **Decreto nº 7234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, DF, 20 jul. 2010.

_____. Constituição (2017). **Lei nº 13536, de 15 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre a prorrogação dos prazos de vigência das bolsas de estudo concedidas por agências de fomento à pesquisa nos casos de maternidade e de adoção. Brasília, DF, 18 dez. 2017.

CASTRO, Joelma Regina de Moraes. **Geograficidade das mães universitárias do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, da Universidade Federal Rural do Semi-árido**. Orientador: José Erimar dos Santos. 2019. 43 p. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Educação do

Campo) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufersa.edu.br/handle/prefix/3327>. Acesso em: 8 mar. 2022.

FÁVERI, Marlene de; VENSON, Anamaria Marcon. **Entre vergonhas e silêncios, o corpo segregado. Práticas e representações que mulheres produzem na experiência da menstruação.** Anos 90, [S.L.], v. 14, n. 25, p. 65-97, 1 jul. 2007. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/5403>. Acesso em: 09 ago. 2022.

GRAZZIOTIN, Vanessa. **Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2018.** Altera a Lei nº 13.536, de 15 de dezembro de 2017, para estender a não bolsistas a suspensão do calendário das atividades acadêmicas por até 120 (cento e vinte) dias em razão da ocorrência de parto, adoção ou obtenção de guarda judicial para fins de adoção. Brasília: Senado Federal, 12 abr. 2018. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/132963>. Acesso em: 15 nov. 2022.

_____. **Projeto de Lei nº 1654/2019.** Dispõe sobre o direito à amamentação em público, tipificando criminalmente a sua violação. Brasília: Câmara dos Deputados, 20 mar. 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2194909>. Acesso em: 14 nov. 2022.

MARINHO, Edimilson Rodrigues. **Desigualdades de gênero no ensino superior: um olhar para o curso de pedagogia da UNB por meio de narrativas egodocumentais estudantis (2006-2011).** 2021. 100 f. Tese (Doutorado) - Curso de Mestrado em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Modalidade, Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/22494>. Acesso em: 05 out. 2022.

MENDES, Máira Tavares. **Mães na universidade: trabalho reprodutivo e estratégias de permanência.** Feminismos, Bahia, v. 8, n. 3, p. 149-163, dez. 2020. Trimestral.

MULHERES nas universidades: conquistas e desafios. Intérpretes: Eliana Xerri. Caxias do Sul: USC Play - Fundação Universidade de Caxias do Sul, 2020. (13 min.), color. Disponível em: <https://ucsplay.ucs.br/video/mulheres-nas-universidades-conquistas-e-desafios/>. Acesso em: 10 mar. 2022.

NOGUEIRA, Ciro. **Projeto de Lei nº 6384/2019.** Altera a Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975, para dispor sobre a oferta de ensino remoto às estudantes universitárias gestantes e lactantes. Brasília: Câmara dos Deputados, 10 dez. 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2233470>. Acesso em: 15 nov. 2022.

NUNES, Alynne. **Gestante, mãe e estudante: quais são os meus direitos?.** Jusbrasil. São Paulo, mai. 2018. Disponível em: <https://naya773.jusbrasil.com.br/artigos/581326261/gestante-mae-e-estudante-quais-sao-os-meus-direitos>. Acesso em: 07 ago. 2022

PALHARES, Isabela. **Unesp vai oferecer bolsa para alunas que se tornarem mães na pós ou na graduação.** Folha de São Paulo. São Paulo. 01 dez. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/12/unesp-vai-oferecer-bolsa-para-alunas-que-se-tornarem-maes-na-pos-ou-na-graduacao.shtml>. Acesso em: 06 ago. 2022.

PAULA, Otoni de. **Projeto de Lei nº 4870/2020.** Inclui o art. 4º-B na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar à aluna gestante e lactante o acesso aos conteúdos e avaliações dos respectivos cursos em condições de igualdade com os demais estudantes. Brasília: Câmara dos Deputados, 08 out. 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2264215>. Acesso em: 14 nov. 2022.

PEREIRA, A.; FAVARO, N. História da mulher no Ensino Superior e suas condições atuais de acesso e permanência. In: **EDUCERE - Congresso Nacional de Educação**, 13, 28-31 ago. 2017, Curitiba. Anais [...]. Curitiba: PUCPR, 2017. p. 1-16.

RAUPP, Marilena Dandolini. **Creches nas universidades federais**: questões, dilemas e perspectivas. Educação & Sociedade, Campinas, v. 25, n. 86, p. 197-217, abr. 2004. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-73302004000100010>. Acesso em: 06 ago. 2022.

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. Mulheres educadas na Colônia. In: LOPES, Eliana Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p.79-94.

SANTOS, Cler. **Aluna da UEMG é expulsa da sala de aula por levar filha de seis meses**. Estado de Minas. Minas Gerais, 21 out. 2022. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/10/21/interna_gerais,1410431/aluna-da-uemg-e-expulsa-da-sala-de-aula-por-levar-filha-de-seis-meses.shtml. Acesso em: 16 nov. 2022.

SILVA, Wagner Gonçalves da. **Feminização do magistério**: uma questão de relações de gênero. 2014. 56 f. TCC (Graduação) - Curso de Pedagogia, Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/22494>. Acesso em: 10 out. 2022.

TERRA, Ana Paula Ricco. **Dificuldades de integração das estudantes grávidas e jovens mães na universidade e no estágio**: existe um perfil de mulher acadêmica?. Orientador: Ana Cláudia Pompeu Torezan Andreucci. 2019. 32 p. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em direito) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2019. Disponível em: <http://dspace.mackenzie.br/bitstream/handle/10899/20625/ANA%20PAULA%20RICCO%20TERRA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 8 mar. 2022.

UFERSA (Brasil). **Portal UFERSA**. PROAE divulga Edital 003/2022 para seleção de Bolsas e Auxílios – Semestre 2022.1. In: Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis - PROAE. 28 jun. 2022. Disponível em: <https://proae.ufersa.edu.br/2022/06/28/proae-divulga-edital-003-2022-para-selecao-de-bolsas-e-auxilios-semester-2022-1/>. Acesso em: 01 nov. 2022.

_____. (Brasil). **Portal UFERSA**. Sobre a PROAE. In: Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PROAE. 10 abr. 2018. Disponível em: <https://proae.ufersa.edu.br/sobre-a-proae/>. Acesso em: 8 mar. 2022.

VILLELA, Heloisa de Oliveira Santos. **A primeira escola normal do Brasil**: uma contribuição à história da formação de professores. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

WYLLYS, Jean. **Projeto de Lei da Câmara nº 12/2018**. Altera a Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975, que atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para assegurar os direitos educacionais às mulheres gestantes, em estado de puerpério e lactantes. Brasília: Câmara dos Deputados, 12 mai. 2018. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/132480>. Acesso em: 15 nov. 2022.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA I

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMIÁRIDO - UFERSA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS - CCSAH
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - LEDOC**

**Sara Hanany Alves Ferreira Xaxá
DISCENTE DA LEDOC**

**Daniela Faria Florencio
ORIENTADORA**

QUESTIONÁRIO APLICADO À UNIVERSIDADE (PROGRAD e PROAE)

- 1- Há quanto tempo existe a Assistência Estudantil na UFERSA?
- 2 - Quantos estudantes são beneficiados durante o semestre letivo?
- 3 - Quais são os principais tipos de assistências prestadas atualmente na universidade?
- 4 – Existem processos de seleção ou assistência voltados para mães ou gestantes universitárias? Ou ainda, existe algo voltado a esse grupo?
- 5- Qual sua percepção quanto à necessidade de assistência às universitárias mães e/ou gestantes?
- 6- Nos Campus da UFERSA existem suportes na estrutura física voltado a lactantes ou mães, por ex. berçário, creches, trocadores? Existe algum encaminhamento nesse sentido?
- 7 - Como funciona a licença maternidade para as estudantes? Quais são os seus direitos?
- 8 - Atualmente, quais são os encaminhamentos e direitos das estudantes bolsistas ou assistidas (Iniciação Científica, Permanência, Moradia, Transporte, Esporte, etc...) quando necessitam de afastamento em função da gravidez e/ou maternidade?
- 9 - Na UFERSA existem grupos de apoio ou trabalhos de orientação às grávidas e/ou mães?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA II

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMIÁRIDO - UFERSA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS - CCSAH
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - LEDOC**

**Sara Hanany Alves Ferreira Xaxá
DISCENTE DA LEDOC**

**Daniela Faria Florencio
ORIENTADORA**

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS DOCENTES DA LEDOC

- 1 - Faz quanto tempo que você leciona?
- 2 - Como professor(a) na LEDOC, já teve a oportunidade de encontrar alunas gestantes e mães em suas aulas?
- 3- Qual sua experiência em relação a necessidade dessas alunas?
- 4- As estudantes mães e/ou gestantes conseguiram concluir a disciplina ou precisaram trancar ou se afastar?
- 5- Você sabe quais são os direitos das universitárias mães e/ou gestantes na UFERSA?
- 6 - O que mães discentes já relataram em suas aulas, sobre a maternidade e estudos? (problemas, dificuldade...)
- 7- Alunas já precisaram trazer seus filhos para sala de aula? Qual seu posicionamento acerca dessa experiência?
- 8 - Conhece algum apoio ou assistência prestado pela universidade à essas gestantes ou mães discentes? pensa que seja necessário?
- 9 - Na sua opinião, como poderíamos repensar uma universidade que fosse igualitária e de acesso para essas mulheres?
- 10 - Você é pai ou mãe? (se sim) a sua percepção quanto a essas necessidades mudou depois de ser mãe ou pai?

APÊNDICE C- TRANSCRIÇÃO DE ÁUDIOS EM TEXTOS

Mandacaru - Representante da PROAE

Pergunta 1- “A assistência estudantil existe na UFERSA desde o tempo da ESAM, a mais de 55 anos, com moradia, então a vila acadêmica Vingt rosado tem bastante tempo, então há décadas a gente ajuda na permanência estudantil. Claro que com a instituição do PNAES no ano de 2010, houve um orçamento, houve uma ação específica direcionada para assistência estudantil, e com maior financiamento a gente pode ampliar. Ampliar através de que? de um programa de bolsa, um programa de auxílio, através da construção de restaurantes universitários, de ginásios, da construção de novas residências universitárias, e de fato a gente ver claramente o quanto a universidade avançou nas políticas de assistência estudantil.”

Pergunta 2 - “Olha, beneficiados a gente nunca fala assim por cpf, porque o estudante quando utiliza o restaurante universitário ele é beneficiado, então nem todos que usam o restaurante universitário por exemplo, tem uma bolsa, mas ele é beneficiado diretamente, porque ele está pagando 2,50 no almoço e dois reais no jantar, é um valor totalmente, praticamente subsidiando quase que integralmente pela universidade. somente no restaurante universitário são servidas mais de 3.600 refeições por dia, agora em termos de pagamento pecuniário, a gente tem de 800 a 1000 estudantes recebendo bolsas. porque 1000 estudantes? Então, o orçamento PNAES comporta 800 bolsistas, mas a gente busca outra fonte de financiamento, como orçamentos da universidade em outras ações para também financiar as bolsas, então, no semestre passado convocamos 100 suplentes e assim a gente vai tentando alcançar o maior número de alunos possíveis.”

Pergunta 3- “Acho que o principal serviço é a alimentação, através dos restaurantes universitários, todos os campus da UFERSA possuem um restaurante universitário, onde é cobrado 2,50 no almoço e 2,00 no jantar. e aqui os estudantes da moradia, todos e integralmente, a partir dessa semana terão gratuidade no RU. e independente se tem bolsa ou não, vão ter a gratuidade, porque quem tá na moradia tá vindo de outra cidade, então a gente acha justo, além da vulnerabilidade social, ainda tá em uma cidade diferente de onde nasceu, então a gente achou justo uma ajuda maior para o residente.

Temos a moradia estudantil, que são 880 vagas de moradia estudantil, em destaque, a gente ampliou todos os serviços, os acessos são universais, então começamos com o ru somente com a graduação presencial, mas conseguiu ampliar para também para os estudantes da pós-graduação, porque o aluno da pós-graduação também precisa de assistência estudantil, ampliamos também a moradia estudantil para a pós-graduação, então a gente tá sempre tentando ampliar para atingir o maior número possível de estudantes.

Aí tem a parte da permanência, o pagamento de bolsas e auxílios que são várias modalidades, tem a bolsa acadêmica, tem a bolsa esporte, auxílio didático, tem o auxílio moradia, auxílio alimentação, auxílio saúde, auxílio emergencial, auxílio transporte, auxílio à pessoa com deficiência, auxílio creche voltados à mães e pais de crianças até 6 anos de idade, então é um conjunto de benefícios que compõem a assistência estudantil, o esporte, e tem várias outras ações que nem usam recursos, como o ônibus passando dentro do campus, para que o estudante não tenha que ir para fora da universidade ficar exposto a assalto, fica exposto a uma temperatura elevada, então muitas ações...negociação com cantina para vender o café (com pão ou tapioca) por 1 real, isso não tem nenhum custo para a universidade, mas também é um benefício a mais para os estudantes da UFERSA.”

Pergunta 4- "Sim, a gente tem o auxílio creche, inclusive houve um aumento, inicialmente esse auxílio era no valor de 230 reais, mas pra quem é mãe, 230 não dá para nada, né? Então a gente subiu esse auxílio para 400 reais, então a gente praticamente dobrou, porque a gente sabe que quem é mãe tem uma dificuldade maior, então a gente praticamente dobrou o valor do auxílio creche. “

pergunta 5- “Eu acho que não é porque uma estudante tá gestante ou mãe, que ela tem que desistir dos seus sonhos de concluir a graduação, então a universidade tem que apoiar, então aqui na PROAE a gente apoia, apoia não só o pecuniário, a gente apoia com orientação, com suporte psicológico, com apoio pedagógico, odontológico, então são alguns serviços que a gente oferece para os nossos estudantes, inclusive para mães, é claro que as mães devem ter o atendimento prioritário, a gente entende a dinâmica e a PROAE está parceira, tá junto das mães para defender os interesses, inclusive, dentro da sala de aula, mesmo que seja uma área que não seja competência da Pró-reitoria. “

Pergunta 6 - “A gente está com aquisições de trocadores para facilitar e dá essa possibilidade, no banheiro a mãe encontrar trocadores. A gente tá fazendo algumas

simulações para moradia estudantil , inclusive já temos a nossa primeira mãe na moradia estudantil com filho, então, uma estudante da pós-graduação de outro país, e a gente achou, mesmo não sendo obrigada a universidade recebê-la na moradia, a gente disse “não, ela está vindo de outro país, tá vindo com filho pequeno, a gente vai acomodá-la dentro da universidade, até ela concluir o seu curso, e a gente dá todas as condições e é um projeto piloto que a gente pretende estender para graduação também, claro que numa convivência coletiva a gente tem que ter uma estrutura melhor para essas mães, talvez um quarto só para elas, essa da pós-graduação tem um quarto só para ela. Reduz um pouco da capacidade da moradia, mas em contraponto a gente ajuda a permanência da mãe na universidade. “

Pergunta 9 - “Olha a gente tem uma assistente social, ela nesse dia das mães ela fez um levantamento, onde criou um formulário para levantar todo esse cadastro, quem são as mães aqui da UFERSA, fez até uma homenagem no dia das mães, fez painéis, saiu uma matéria com foto das mães, mas o principal motivo foi a gente ter esse cadastro, saber quem é mãe, para bolar projetos específicos para mães da UFERSA, então a gente tem uma assistente social destinada para desenvolver trabalhos junto a mães da UFERSA.”

Jurema - Docente

Pergunta 1- “Na vida, vai fazer 20 anos.”

Pergunta 2- “ Gestante eu não lembro, assim que na época que eu tivesse dando aula tivesse gestando não, mas mãe sim, então às vezes já trazendo a criança, então eu já tive crianças em minhas aulas, as grávidas que eu tenha visto o barrigão não, talvez grávidas no início da gravidez.”

Pergunta 3- “Olha, não chegou nenhuma demanda específica pra mim como gestante, por exemplo, que a gestante ela pode pedir um atendimento domiciliar estando na minha disciplina por uma necessidade médica, então eu nunca recebi esse tipo como professora, nunca recebi esse tipo de pedido. Então minha experiência é ter na aula uma criança, e eu nunca tive problema, nunca foram crianças que atrapalharam as vezes a gente dá um “negocinho” pra pintar, deixa usar o quadro, então é assim, nada muito específico, e nada que atrapalhasse minha aula e nada que eu planejasse, tipo eu vou planejar alguma coisa para

levar para aquela estudante que eu sei que vai trazer a criança, há já dei "bombonzinho", pirulito, dou o piloto, deixo escrever no "pedacinho" do quadro, esse tipo de coisa, mas eu acho que só foram duas ou três estudantes que eu tive assim, mães. acho que foi a ... (nome da discente), no semestre passado que vez por outra [...] e no estágio, como no estágio a gente não tem encontros sempre, aí eventualmente também tinha a presença, esqueci o nome da loirinha”

Pergunta 4- “(Nome da discente)... acho que foi reprovada se eu não estou enganada, foi reprovada, e a outra que estava fazendo o estágio teve que trancar porque a criança ficou doente ao longo do período, tal ela me mandou um e-mail dizendo da situação que estava com dificuldade e tal, não só por causa da criança, mas também né, e dos problemas de acesso, e de ir pro estágio, então é assim, porque no estágio especificamente, ela não podia levar [...] , aí para o estágio ela não levava [...] que fazia com que ela não tivesse de fato a carga horária do estágio. então as duas não concluíram.”

Pergunta 5- “Eu sei dá assistência domiciliar né?, da gestante quando nasce, você entra e tem licença maternidade não é no mesmo período das professora, que tem seis meses, pelo que eu lembro da portaria que fala sobre a gestante, que fala em três meses quando ta amamentando né, que já é diferenciado, em relação às docentes, que eu acho pouco né, que tem amamentação de três meses, que criança mama só três meses é muito difícil. e uma política de permanência, um lugar para trazer a criança para deixar, que saiba não tem. e se tem, eu desconheço.”

Pergunta 6- “não necessariamente, teve esse caso do estágio que em relação a ida ao campo de estágio foi inviabilizado de uma certa maneira, também pela existência da criança, porque como ela estava passando por alguns problemas de saúde não podia ir a creche, para sala de aula ela trazia, mas para o estágio ela não poderia levar, então foi o relato que eu tive nesse sentido.”

Pergunta 7- “Sim, muitas vezes, eu lamento a necessidade, porque a própria instituição..., primeiro o sistema público nosso, social, deveria dar condições dessa pessoa ter onde deixar a crianças, não havendo né? nos seus respectivos domicílios, que aí tem o problema de transporte, muitas vezes você vem de longe, ainda que não tivesse, sei lá, na prefeitura você às vezes não teria tempo hábil de deixar a criança, voltar para casa, e tempo de pegar

novamente. a própria instituição poderia ter um espaço destinado às mães, “há, eu tenho que levar minha criança pra universidade”, obrigatoriamente ela ter um... eu não sou contra, eu entendo a necessidade, eu não sou contra trazer para sala de aula, se tiver que trazer eu não me incomodo, realmente eu não tenho nenhum problema com isso, agora eu acho só uma pena, a própria instituição sabendo que existe essa necessidade não ter uma política institucional de atendimento às mães que precisam trazer as crianças. Infelizmente a gente sabe que não existe.”

Pergunta 8- “Tem o auxílio creche, a gente tem o auxílio creche, que foi outras políticas, que foi o que você me perguntou, mas eu esqueci de dizer. ah o auxílio creche, mas a gente sabe que ele é pouco o recurso é baixo, as vezes não é suficiente para pagar a creche, enfim, e a universidade não dispõe, para além do valor ser baixo, para todo mundo que precisa, então às vezes você até solicita o recurso, mas não tem.”

Pergunta 9- “Eu acho que há UFRSA propriamente dita, tem poucas licenciaturas, mas a gente tem um espaço. Porque se pensar que vai fazer um espaço para abrigar as crianças, você vai ter que ter profissionais competentes, então você imagina que são professoras, já tem uma dificuldade em relação a isso, porque a gente não tem tantos cursos de licenciaturas, aqui presencialmente só a LEDOC, mas enquanto política institucional poderia-se ter um espaço tipo creche, não só para as estudantes, às vezes os próprios professores, tem colegas que tem que trazer os filhos, a gente ver em uma reunião um filho de um, quem não conhece o filho de (exemplo de professora)?, quem não conhece a filha de (exemplo de professora)?, quem não conhece o filho de (exemplo de professora)?. porque as próprias professoras tem que trazer, a minha já é maiorzinha não vem muito, porque eu posso deixar sozinha se for o caso, tem 14 anos, mas os outros que são menores eu acho que a gente já conhece todos, os de (exemplo de professora), que já não são tão pequenos a gente conhece, **ah os filho de todas as mulheres, porque os dos homens eu não conheço**, só pelas fotos, não conheço o filho do professor, pessoalmente, ele nunca teve que trazer, eu nunca vi, filho do professor (exemplo de professor), nem o filho do professor (exemplo de professor). então, eu nunca vi pessoalmente filhos de nenhum dos professores homens, mas conheço pessoalmente todos os filhos das nossas colegas mulheres, infelizmente.”

Pergunta 10- ”Sim, eu já entrei na universidade com a minha filha relativamente grande , ela tinha 7 anos, então não era tão pequenininha, e eu tinha um apoio familiar, então assim que eu

vim morar aqui, mesmo não tendo uma rede muito grande, mas minha tia veio morar comigo, então ela cuidava de [...] que ela ficou durante um tempo, um ano e pouco comigo, porque não tinha mãe, não tinha pai, sogro, sogra, nada aqui no entorno, aí muitas vezes é quem a gente recorre, se precisar. Como eu não tinha esse, minha tia veio morar comigo e me deu esse suporte, não precisei, mas em termo de entendimento da realidade escolar, mesmo na educação básica, mesmo quando eu fui professora da educação básica, tinha adolescente que iam pra escola com crianças, não é tão comum, não via tanto, eu na minha realidade não vi tanto, mas sabemos que existe, né mesmo adolescentes, que a mãe não pode ficar, ela leva criança. então acho que primeiro, que o que devia haver é uma política institucional, municipal, ou estadual, para não demandar mais uma atribuição a universidade, em havendo uma política de permanência, assim, municipal ou estadual, a nível de governo maiores a universidade não precisaria se preocupar com isso, porque aí eu sei que eu poderia no meu município ou no meu bairro, todo bairro deveria ter um atendimento pras pessoas do bairro, então se tivesse no bairro de cada um, ou mesmo na região mais próxima da sua casa, se a gente tivesse nutrido desses espaços, não precisaria, mas a gente sabe que não tem, então a universidade poderia também desenvolver como uma política de permanência, porque a gente também tem outras políticas de permanência, que também tem o auxílio creche, mas não dá vencimento, e aí a gente tem na universidade a escola, então essa escola também poderia ser pensada ampliando os atendimentos, como começar dos menorzinhos, recém nascidos, que às vezes você precisa trazer, porque você pensa, uma estudante mãe ela só pode ficar em casa até os três meses, então quando a criança tem quatro meses que ainda mama, como ela faz? ela poderia trazer para universidade e ter o próprio berçário na universidade e aí nos intervalos ela amamentaria, ficaria despreocupada, teria uma equipe cuidando, então a escola da instituição poderia ter um berçário também, uma creche e tal. Enfim, até o ensino da educação infantil e básica completa, seria o ideal, o atendimento às mães nesse sentido. ideal, infelizmente não é real.”

Carnaúba - Docente

Pergunta 1- “Eu leciono já a mais de 20 anos, eu comecei a lecionar na educação a distância em programas de formação de professores, mas eu leciono oficialmente dentro da universidade, mas eu leciono desde a educação infantil.

A primeira experiência de trabalho foi contribuir em uma escola do interior onde meus pais moravam em uma escola infantil relacionada a minha igreja, e lá eu era professora auxiliar, depois tive uma experiência na educação fundamental na escola privada, com estudantes do fundamental 1 e 2.

e posteriormente após eu me formar na licenciatura, tive uma experiência no ensino médio, como professora bolsista do estado, e aí depois que me formei na graduação procurei focar na carreira docente, pois era meu sonho ser professora, e tive tanto no programa de formação de professores (PARFOR) e no pro formação quando , como tutora de educação a distância em curso de formação continuada.

Na instituição, na sala de aula mesmo estou desde 2009 aqui na UFERSA. “

Pergunta 2- “Sim, o curso ele tem majoritariamente um número de mulheres, então desde a primeira entrada eu estou no curso. desde a primeira turma, então a gente teve muitas mulheres que ficaram gestantes no período dos seus estudos, tanto mães solo, como mães que têm famílias, que durante o percurso pediram os estudos domiciliares no período da suas gestações, posterior e a depender do caso algumas também pediram esse período pra fazer os estudo, para não parar o curso, poder fazer esse atendimento domiciliar.”

Pergunta 3-

“A experiência é algo até que a gente se identifica, porque eu engravidei, eu tive muita empatia no sentido assim, mesmo sabendo que era algo novo para nós, como professora de uma licenciatura, mas eu também me vi nelas, porque eu também engravidei durante a pós-graduação, fiquei gestante tanto no mestrado quando no percurso do meu doutorado, então tanto no mestrado, eu não precisei prorrogar, mas no doutorado eu precisei prorrogar, inclusive porque não havia, porque é muito recente esse atendimento as mães gestantes, tanto na graduação quanto na pós-graduação, então eu me vi muito na experiência delas, também no sentido assim dos alunos serem muito solidários, alguns fizeram chá de bebê, fizeram momentos para doar alguma coisa para aquela pessoa, para o bebê, fazer essa parte também. Mas assim, algumas são muito tímidas, às vezes não querem está, acham que se coloca em determinada situação que está passando, muitas têm vergonha de expor sua condição. e outras não, a gente acaba sabendo por intermédios de outras colegas, mas de alguma forma a gente pôde ajudar quando chegou até nós, nós procuramos chegar junto de alguma forma.”

Pergunta 4- “No meu caso, que trabalho com disciplinas do núcleo de leitura e produção de texto, disciplinas mais do núcleo comum, então elas conseguiram concluir, pelo menos não me chegou nenhuma... assim, pediram atendimento domiciliar e tiveram acesso a esse atendimento domiciliar para poder continuar.”

Pergunta 5- “Olhe, elas tem o seu direito... pela lei elas estão asseguradas a ter o seu direito em casa, na necessidade de prorrogação do curso, da necessidade de ter acesso ao estudo domiciliar, no caso principalmente em caso de gravidez, em casos que tenham algumas complicações, nós tivemos desde gestantes mais jovens, como gestantes após os trinta, então nesses casos acima de 30 anos , se considera às vezes muito acima, ela teria que ter um repouso principalmente nos primeiros meses da gravidez. E posteriormente algumas universidades já estende inclusive para o período da amamentação, aqui na universidade pelo menos eu tenho ciência que ela tem mais direito no sentido da gestação, no período que ela já tiver o bebê, infelizmente ela muitas vezes não tá no período de pedir a licença domiciliar, mas ela tem direito através do atestado médico, negociado com o professor, mas assim tanto na graduação como na pós, esses direitos são muito... até mesmo em uma fila ela tem o direito preferencial da UFERSA, na questão do estacionamento também, acessibilidade como um todo, ela tem esses direitos assegurados por ser um período em que muitas delas, mesmo não tendo a gravidez de risco, mas ela tem esse direito.”

Pergunta 6- “Olhe, eu tive mais relatos posterior do que propriamente na gestação, no sentido assim, que muitas relatam a dificuldade de conciliar com seus estudos, muitas vezes a família pede que desistam do curso, às vezes o esposo, ou muitas vezes questões dela não ter com quem deixar a criança e tem casos assim da mãe vir para aula trazendo a filha ou o filho como eu já vi aqui na instituição, então muitas relatam essa necessidade de ter que trazer a criança porque não tem com quem deixar para poder terminar seus estudos.

Em outros casos em relação também vi assim falar para terminar o trabalho de conclusão de curso, muitas conseguiram cursar as disciplinas mesmo com essas lacunas, negociando com professores para concluir as disciplinas , todavia, conheço uma delas por exemplo que ainda não fez o tcc, mesmo tendo todos esses direitos assegurados, mesmo assim ainda não fez o trabalho de conclusão de curso.

E no período umas ainda precisam trabalhar para sustentar os filhos, então isso também é um impedimento porque essas questões não é só centradas na UFERSA e dentro da realidade de cada uma, que às vezes extrapola, e mesmo o professor fazendo de tudo , dando novos prazos,

a maior dificuldade é essa “quem é que vai sustentar a criança, com quem deixar”, então tem essas nuances socialmente falando.”

Pergunta 7 - “Já, no caso das mulheres, no caso das minhas aulas, teve mulheres que trouxeram sua criança, mesmo ela não tendo filho durante o curso, mas elas já tinham filho quando entrou. tem esses casos também, ela não tinha com quem deixar, ela trouxe o filho para assistir aula.

Pra mim nunca atrapalhou não, muito pelo contrário, eu acho que é interessante, até mesmo porque, como eu falei, eu me identifiquei bastante que eu já tive que levar meu filho amamentando quando eu fui trabalhar e eu não tinha com quem deixar, e como ele amamentava eu tinha que levar. no caso da experiência aqui do curso, muitas trouxeram mesmo o filho já grande, ou a filha, porque não tinham com quem deixar. e mais fácil durante o período da gestação ela ter com quem contar, e depois que passa aquele período ela tem que retornar às suas atividades e não vai ter com quem deixar. então a experiência foi interessante, tantos os alunos interagem como os professor, não houve nenhum empecilho pra que essa presença da criança afetasse sua individualidade ou da turma, porque os conteúdos trabalhados são educacionais e não havia problema da criança está na sala.”

Pergunta 8- “Sim, com certeza. a política de permanência passa pelo auxílio, pela bolsa, tornando-se necessário também, mas eu não tenho conhecimento de ter uma bolsa específica para gestante, eu acho que na instituição ainda não tem, foram criadas vários auxílios, inclusive para as pessoas com deficiência, provavelmente essa pesquisa vai desemboca em alguma política que possa ser ampliada venho como necessidade dessas mães também terem um auxílio durante sua gestação.

Tem um determinado auxílio, moradia, tem outros auxílios que terminam e elas podem se beneficiar. mas como ela no período da licença maternidade vai ter acesso, se ela não vai está no cotidiano da instituição que muitas vezes a bolsa requer uma presença, uma frequência, e se ela está amamentando, se ela está de resguardo? então a instituição, pelo que eu sei não existe, mas eu vejo como necessário nesse sentido aí, dela ter minimamente um auxílio que possa ajudar nesse processo quando ela estiver amamentando neste período. ter um espaço também dentro da instituição pra que ela possa, porque essas formas de auxílio não é só recursos de dinheiro, existem outras formas que a instituição pode criar, uma sala de amamentação, uma sala de repouso, uma sala de descanso ou uma brinquedoteca que a mãe possa trazer o filho já que dentro da UFERSA não tem escola pras alunas possam trazerem

seus filhos, nem para os profissionais que trabalham na instituição, mas há momentos, há espaços físicos que podem ser para uma acolhida a essas mães, e até mesmo, como eu falei, desse espaço para ela está na sala com a criança, mas poderia ter um espaço físico, já houve promessas de se fazer isso, mas nunca saiu do papel inclusive de ter uma escola onde as mães viessem pra trabalhar e pra estudar, uma espécie de uma creche pra deixar os seus filhos dentro da própria instituição, porque muitas vêm, às vezes chegam atrasadas, ocorria muito isso, dá mãe ter que deixar na escola pra poder vir pra universidade, e se aqui dentro tivesse uma política de permanência nesse sentido contribuiria muito, seria algo até mesmo inovador, eu acho que muitas universidades por ai a fora devem ter.”

Pergunta 9 - “Combatendo as desigualdades de gênero e de raça, vejo como mulher negra, como pesquisadora, como professora. nessa relação da permanência é muito importante um investimento das políticas, nas políticas afirmativas que vão justamente combater as desigualdades, pra ter ao menos uma educação de qualidade, se não de equidade. então um ensino de qualidade ele passa também pela questão da gratuidade, de que possa ser ampliada os números de acesso a esse ensino e passa por investimentos na educação nesse sentido de garantir que a universidade tanto no ensino, pesquisa, extensão, trabalhar em prol da elevação da qualidade do ensino, que passa justamente por mais investimentos pra assegurar uma carreira que seja valorizar, uma carreira do docente, que passa pela valorização profissional, por mais salários dignos, por que a educação passa pela questão também da valorização dos profissionais que estão naquele processo de não só de ensinar, mas de educar. então a educação de qualidade, são muitos fatores que podem contribuir para esse acontecer, um deles eu acredito que seria esse, a valorização da profissão, vendo que a educação não é dispersa, e sim um investimento, quanto mais se investir na educação, principalmente agora depois da pandemia né? Ficou muito visto essa questão do quanto precisamos investir, principalmente nas tecnologias, nessa questão.”

Pergunta 10- “Sim, com certeza, primeiro por que com a chegada dos meus filhos, eu tive dois filhos um no mestrado e outro no doutorado, então com certeza a minha forma como eu fui acolhida pelos meus professores na pós-graduação, então eu procuro melhorar também esse sentido ai, de eu pôde de alguma forma acolher minhas alunas a partir dessa experiência que eu tive que mudou a minha vida, minha relação com a maternidade. eu considero assim, que foi um período gratificante, mesmo acontecendo durante fases importantes na minha vida, que eu precisaria me dedicar mais, mas a chegada dos filhos não me atrapalharam, muito pelo

contrário, contribuíram inclusive para minha saúde mental, porque eu estava ali envolta aquela nova situação. então eu me lembro que uma das coisas que mudou muito foi quando eu vim pra casa pra eu ter meu filho no interior, e eu achava que ia dá para conciliar eu amamentar e ficar trabalhando na pesquisa, só que não deu, porque demandava tanto amor, tanto tempo, que não deu para eu, mesmo em momentos porque é um processo de muita entrega né? entre o filho e a mãe nesse período, principalmente quando se tem o primeiro filho e você não tem muita experiência, então você tem que buscar redes de apoio e isso mudou muito, a ajuda que eu tive da minha família, isso foi também muito importante, e a forma como tudo isso aconteceu me fez amadurecer mais, frente a essa situação, que também muitas vezes a gente não tá planejando ter aquele filho estudando, e principalmente no meu caso, que já tive filho após os 30 anos, então não era uma idade, muitos têm filhos mais jovens. então eu já tinha mais que trinta, o primeiro com 35 e o outro depois dos 40, então foram processos que me fez amadurecer muito, inclusive eu já precisei levar meu filho pra trabalhar porque ele amamentava, também quando eu precisei, já quando eu estava na universidade ensinando como efetiva, precisei às vezes trazer porque não tinha com quem deixar, te essas questões.”

Bromélia - Docente

Pergunta 1- “Na verdade em termos de universidade eu tenho dois tempos de lecionar, em um primeiro momento como professora substituta da UERN, isso ocorreu entre 2009 e 2011, e um segundo momento de 2017 até agora, mas em outras instâncias eu já dei aula de creche à jovens e adultos, mas em termos de universidade nesses dois tempos aí.”

Pergunta 2- “Sim, é bastante corriqueiro, e essa é uma realidade muito presente aqui, é um curso que tem características de ser pessoas que não tem uma vida acadêmica linear. então são mulher que já tem mais idade, com uma vida pessoal já, não a maioria, mas num pessoal bem significativo de mulheres que já são mães, então essa características do curso ela já por si só ela já traz essas possibilidade de nós termos esse percentual de mulheres mães, né?”

Pergunta 3- “A grande necessidade, e eu acho que isso reverbera no âmbito das disciplinas, é muito em função do cuidado, características das mulheres na divisão sexual do trabalho, as mulheres são prioritariamente quem estão no âmbito do cuidado, então isso reverbera na

disciplina à medida que essas mulheres se não tiverem uma rede de apoio familiar elas têm que perder aula, então muitas quando tem um problema na rede elas se prejudicam diretamente, faltam aula, elas eventualmente quando não querem faltar aula tem que trazer as crianças para sala de aula.

Imagino que nesse dia, nesse momento que elas estão, é uma preocupação a mais porque de fato como absorver um conteúdo quando há outra pessoa dependendo ali de você? que você tem que dar atenção, que você tem que ter todo cuidado para que as crianças não falem, para que as crianças não se movimentam, para que as crianças (cheio de aspas) não atrapalhem a aula.

essa dinâmica que elas têm que construir em torno da maternidade para permanecer, é de fato e tem de fato, e a gente tem observado desde que eu entrei na LEDOC, acho que todas as turmas que eu ministrei a fora, eu falo isso mais do presencial, como eu entre no contexto da pandemia, então a gente estava com aulas on-line, isso tenha alguns momentos que os filhos estavam doentes, então elas não podiam participar. um outro aspecto era quando tinham poucas tecnologias, então elas e os filhos, por exemplo, tinha que assistir aulas remotas no mesmo momento, e dividir essa mesma, que muitas vezes eram os smartphones, que eram a única tecnologias disponível para a família, então isso também fatalmente as mulheres colocavam os filhos para ser prioridades, então mesmo no contexto da pandemia nós observamos também essa prioridade das mulheres com os filhos em detrimento da sua própria necessidade de estar participando de uma aula.”

Pergunta 4- “Algumas trancaram, eu acho que mais as grávidas trancaram, mas do que propriamente, eu não tenho nenhum estudo, mas assim em uma análise mais empírica eu acho que as que estavam grávidas se desligaram mais do que as que já tinham filhos, e aí na modalidade presencial, eu observo que assim, as que estavam, por exemplo, eu tenho uma aula que está grávida agora, ela tem que se deslocar em grandes distâncias, a própria cadeira que hoje nós temos aqui são pequenas, elas com sobrepeso com o peso da barriga, e ela diz que sente muitas dificuldades em permanecer durante a aula por dor na coluna, eu até disponibilizei para ela ficar nessa mesa (mesa do professor), a gente levaria uma mesa para lá ou ficar nessa cadeira com uma mesinha daquela, então a gente tá tentando que ela permaneça já que o semestre está terminando e ela já teve que trancar em outros momentos, então são algumas questões que a gente tenta, aqui mais em nível de disciplina, fazer com que elas permaneçam, mas de fato as questões objetivas, de deslocamento, muitas vezes elas vem em ônibus com vidros quebrados das comunidades que elas vem, isso causam náuseas, em

fim são questões objetivas que limitam as participações delas, e são mulheres que já tem outros filhos e tudo isso, essa gama de questões, elas tem impactado, sobre a maneira, a vida dessas mulheres”

Pergunta 5- “Eu até quando falo com essas alunas eu sempre eu tento fazer com que elas recorram à esses direitos, por exemplo o direito do exercício domiciliar, eu sempre peço para que elas se inteiram desse direito para que elas não precisem se afastar no momento ou no final da gestação, ou no momento em que elas estão amamentando ou no período pós-parto, então eu sempre peço “olhe vocês busquem esses direitos, procurem principalmente o direito que vocês mais podem recorrer diretamente, que é o exercício domiciliar.” . muitas inclusive não conheciam esse direito, como acessá-lo, foi a partir do que a gente tinha dialogado, imagino eu e outras colegas também, que diante de já saber que essas meninas estavam na possibilidade de deixar o curso por não está mais, como eu falei, conseguindo se deslocar, ou por essas outras questões, aí a gente sempre orienta, principalmente o exercício domiciliar, tendo em vista que a instituição não em creche pra fazer com que essas mulheres tenham de fato um espaço na universidade de acolhimento, que elas possam garantir que elas estejam aqui, que seus filhos estejam aqui próximo também, sendo acompanhados, então isso é uma limitação. prioritariamente o que eu tenho sugerido para elas, e que eu conheço que é um direito, ele tá muito no âmbito do exercício domiciliar.”

Pergunta 6- “Como eu também ministro a disciplina de gênero essas discussões sempre perpassam, mas independentemente de ser da discussão de gênero, hoje mesmo a gente estava nessa discussão de maternidade, e como por vezes essa falta de rede compromete, então eu sempre reforço o quão desafiador é elas estarem aqui, e como elas devem aproveitar o espaço que estão aqui , porque é muito uma tarefa de resistência, tendo em vista que muitas não recebem apoio da família, por que a obrigatoriedade do trabalho, como eu já falei, recaem sempre sobre as mulheres, então é como se a medida que ela acompanhasse esses filhos diretamente naquele momento em que ela está aqui na universidade, era como isso fosse relacionado a uma coisa relapsa, é como se fosse ser menos mãe por não está ali diretamente com os filhos, ter crianças pequenas e vir, então há uma estrutura também em torno familiar, e dos próprio companheiros também, que sempre as colocam numa condição assim de dificultar cada vez mais que elas estejam nesse espaço, **então sempre eu reforço e trago essa discussão, da importância do que elas estão fazendo, que é algo de mostrar que o cuidado tem que ser dividido, divisão sexual do trabalho ela tem que ser pensada pra**

que essas mulheres, tanto em nível familiar, como na própria estrutura da universidade, porque quando você não pensar nessa condição das mulheres você está negando direitos, um direito não só de inserção, mas de permanência, e a permanência na universidade, ela pressupõem que essas mulheres tenham de fato uma rede, aí nós temos que pensar em dimensões de raça, classe, pensar que são mulheres pobres, de origens pobre, são mulheres que se deslocam de comunidades, então tudo isso é levar em conta que elas não tem essa rede, elas não te como pagar outras pessoas pra ficar com seus filhos, então isso impacta muito no desenvolvimento acadêmico dessas mulheres, tendo em vista que há uma descontinuidade, muitas tem que deixar mesmo, porque quando as pressões elas são muitas, familiares principalmente, se uma criança adoece e a mãe não estava naquele momento, então aí já vem uma outra pressão, “porque você não estava, porque você teve que se deslocar?”, essas meninas elas ficam em uma tensão muito grande juntos aos seus telefones, porque sempre tem uma ligação, que essas ligações não vai para o pai, ou vai pra alguém, sempre são para essas mulheres, então é o momento que elas estão aqui, mas nunca se desligam do contexto familiar, porque sempre vai ter que ter a presença dessa mãe integralmente. esse é de fato, todas essas questões, eu penso que elas comprometem o estar aqui (UFERSA) também, porque você não estar 100, você está em eterna tensão e atenção pra ter também esse respaldo, então são problemas concretos, são problemas que a gente vê na universidade, a gente vê em outros espaços que as mulheres se inserem, porque você não consegue romper com essa questão do trabalho doméstico, você tem a sobrecarga do trabalho doméstico, quando elas também, muitas chegam com bastante sono, porque tem que acordar muito mais cedo do que muitos alunos que não são mãe, por exemplo, porque elas tem que deixar as coisas das crianças preparadas, seja pra ir pra escola, seja o que a criança vai comer na ausência dela, seja uma roupa limpa, o almoço pronto, então tudo isso é uma gama de fatores que comprometem de fato a execução das atividades delas aqui, e não vivenciam a universidade como um todo, tendo em vista que tem a hora de chegar e a hora de voltar, então é muito difícil que essas mulheres permaneçam em outros eventos da universidade, porque aquele horário que alguém vai ficar com o filho termina em tal momento então eu não posso me estender deste horário, então em tudo

Pergunta 7- Sim, muitas vezes, meu posicionamento é o que eu aqui eu já refleti sobretudo até aqui, são as condições objetivas. E o que a gente tem, é que acolher mesmo, é acolher, mas também é lutar pelos direitos dessas mulheres, lutar por creche, eu acho que é fundamental. Hoje nós já avançamos muito, nós mulheres estamos, ocupamos os espaços da universidade,

mas a universidade não se preparou no acolher. Essa é uma realidade da UFERSA, mas é de outras instituições, nós temos instituições pontuais, e que pensam uma política pública excepcional para inserção e permanência de fato das mulheres na universidade é ter creches. Se não tem, nem disponibiliza creches e nenhum recurso para que essas mulheres possam ocupar um espaço pra permanecer aqui, então o papel do professor é acolher essas mulheres entendendo as questões objetivas, entendendo as limitações e entendendo a força que essas mulheres têm para chegar ali. E lamentar e lutar para que os consigamos romper e trazer de fato que essa universidade se vista, realmente, e pense essa diversidade, porque eu acho que tem uma limitação de pensar essa diversidade, seja ela de classe média, baixa, as mulheres mães, as mulheres que precisam dessa estrutura universitária que comporte todas essas especificidade que todas essas mulheres trazem.

Pergunta 8- NÃO. É fundamental, não acho que seja necessário, é fundamental. Eu acho que é fundamental, se de fato a gente pense em uma universidade para todos e todas e pensar em uma universidade inclusiva, ela passe diretamente para o papel essa questão das mulheres. E como essas mulheres jovens e mães elas permaneçam aqui. Eu não conheço a política da universidade, se tem alguma, pra esse acolhimento, e o que eu tenho conversado com as alunas elas também não conhecem e acham que não tem nenhum tipo de serviço.

Pergunta 9- Fundamentalmente pensando em políticas públicas, em uma política de inclusão que leve em consideração creches, que leve em consideração de escolas, umas escolas integradas que essas crianças possam estar no momento em que essas mulheres estejam aqui, essas crianças possam ser deixadas em alguns espaços de educação infantil intercaladas, [...] Então uma estrutura de universidade que pense para além da questão do ensino, que pense como uma estrutura de ensino para além do tripé, ensino, pesquisa e extensão, mas que pudesse pensar uma complementaridade de políticas que garantisse a esse sujeito o direito de acessar ao espaço da universidade, mais acessar de forma completa, vivenciando tudo que a universidade posso ofertar, vivenciar cursos, participar de pesquisas, participar de extensão. O que é estrutura dessa instituição de fato fosse capaz de oferecer essas demandas para as mães principalmente.

Pergunta 10- “Não.”

Angico - Docente

Pergunta 1- “20 anos aqui na nessa instituição, na antiga ESAM e UFERSA.”

Pergunta 2- “Sim”

Pergunta 3- “É que a gente tem que tratar de forma diferente, de forma equitativa, fazendo com que essas discentes tenham toda assistência possível, para tentar compensar o período que elas não estão fisicamente em sala de aula. O docente tem que ter um olhar diferenciado e uma sensibilidade.”

Pergunta 4- “Concluíram, que eu lembre, todas concluíram.”

Pergunta 5- “Eu sei que elas têm direito a fazer também disciplinas domiciliar, atendimento domiciliar, e quando possível o docente ir até a residência, como eu já fui.”

Pergunta 6 - “Em geral elas falam da questão da falta de tempo né. inclusive eu já visitei uma com um “bebezinho pequenininho”, uma bebê. e é a falta de tempo, porque tem que dá atenção ao recém-nascido, tem que se dedicar também, muitas das vezes, a casa. a mulher tem várias jornadas ao mesmo tempo, além de ser mãe, é esposa, dona de casa para dar conta e ao mesmo tempo ter que estudar, e não só estudar, aprender.”

Pergunta 7- “Sim, já, algumas já levaram, várias já levaram. inclusive as crianças são praticamente da turma né. então a gente ajuda na medida do possível, é que a gente entende a situação, que muitas vezes não tem com quem deixar, as vezes a crianças precisa mama, e fica na sala de aula, não atrapalha não, é só trabalhar alguma forma, a mãe, trabalhar alguma forma, dá um brinquedo ou alguma coisa pra criança ficar quietinha. e eu sou fã dessas mães que não abandonam o curso, que continuam na batalha e estão vencendo.”

Pergunta 8- “O que eu sei de apoio é a legislação vigente, do direito que a mãe, as mulheres que as mulheres gestante e as que estão de bebê tem, só o que eu sei, assim com relação a mais detalhes de assistência eu não tenho essa informação.”

Pergunta 9- “Não sei, de repente um berçário, uma creche, uma atividade recreativa para as crianças, para as discentes que tem filho pequeno e não tem com quem deixar, é uma forma de contribuir para que elas não abandonem.”

Pergunta 10- “Sim, sim a gente fica mais sensível, totalmente, porque a gente se sente, a gente passou por aquilo. a criança pequena, noite mal dormida, a criança adoecer, tem que levar para médico, tem que faltar a aula, o trabalho pra levar á médico, para ficar com a criança, muitas vezes não tem com quem ficar, muitas vezes não tem um parente, uma família que ajuda. sim a gente sente na pele, a gente passa por isso e por isso que todo docente tem que ter essa sensibilidade, tem que ter esse olhar diferenciado para sempre estar ajudando, contribuindo na formação dessas discentes que são mães.”

APÊNDICE D - TERMO ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declara que está ciente e concorda em participar do estudo “**POLÍTICAS PÚBLICAS E ASSISTÊNCIA ÀS MÃES DISCENTES NA UFERSA**”, orientado pela **Profa. Dra. Daniela Faria Florencio**, que segue as recomendações das resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares. Sua participação é voluntária, o que significa que você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade.

Declara que foi devidamente esclarecido quanto ao objetivo geral: “Investigar as políticas públicas de acesso e a assistência prestada às mães discentes da Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC) na Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)” e quanto aos objetivos específicos: (i) Pesquisar leis e bibliografia que respaldam as mães discentes e gestantes dentro do meio acadêmico e educacional; (ii) Buscar na universidade quais as ferramentas oferecidas e os meios que viabilizem a permanência dessas mães; (iii) Dialogar com professores/as do curso de Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo sobre as formas de assistência a essas alunas; (iv) Conhecer a estrutura física e de apoio estudantil, como sites e editais da UFERSA.

Sabendo que os benefícios dessa pesquisa são: possibilitar a abertura de caminho para novas pesquisas dentro da linha estudada e poder servir de base para a implementação de trabalhos acadêmicos, sendo assim fonte bibliográfica para informações dentro da área, será uma suporte para Universidade pesquisada, onde poderá ser o meio de conhecer novas ferramentas de ajuda para as mães e gestantes, e entender como está a atual forma de organização, além do seu papel social, onde este trabalho serve de base para apoiar muitas mulheres que lutam por sua educação, sendo este trabalho uma ferramenta de informação e de debate. Gerando o conhecimento para possibilitar a luta destas dentro da universidade e de outras que ainda não conhecem seus direitos. Os riscos mínimos que o participante da pesquisa estará exposto são de possíveis riscos de exposição ao COVID-19, tendo em vista estarmos saindo de uma pandemia, mas para minimizar esse contato será utilizado EPIs, como, máscara N-95 e utilização de álcool-gel, também vale salientar que a entrevistadora está vacinada contra o vírus da COVID-19.

Os possíveis constrangimentos ou timidez são levados em consideração, e tendo em vista tais acontecimentos, a pesquisa será realizada preferencialmente em local reservado, onde só o entrevistado e a pesquisadora estarão, preservando assim sua identidade, como também será utilizado, dentro do trabalho, codinomes para evitar qualquer controvérsia, mantendo o participante em total anonimato.

Quanto aos procedimentos aos quais será submetido: Entrevistas com roteiros de perguntas semi abertas e os dados coletados, serão armazenados somente em um pen-drive (apagando todos e quaisquer dados de fontes virtuais, ambiente compartilhado ou “nuvem”) e guardado no armário do escritório pessoal na casa da orientadora da pesquisa, local onde só os pesquisadores da pesquisa terão acesso, assim como os termos de autorização para uso de áudio e os termos de consentimento livre e esclarecido que ao final da pesquisa estarão armazenados em uma pasta nesse mesmo local, sendo todos guardados por no mínimo cinco anos sob a responsabilidade do pesquisador responsável (orientador), a fim de garantir a confidencialidade, a privacidade e a segurança das informações coletadas, e a divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar os participantes e o responsável. Garantia do anonimato/privacidade do participante na pesquisa, onde não será preciso colocar o nome do mesmo; Para manter o sigilo e o respeito aos participantes da pesquisa, apenas a discente **Sara Hanany Alves Ferreira Xaxá** aplicará o questionário e somente a discente e a pesquisadora responsável poderão manusear e guardar os questionários; Sigilo das informações por ocasião da publicação dos resultados, visto que não será divulgado dado que identifique o participante.

Se para o participante houver gasto de qualquer natureza, em virtude da sua participação nesse estudo, é garantido o direito a indenização (Res. 466/12 II.7) – cobertura material para reparar dano – e/ou ressarcimento (Res. 466/12 II.21) – compensação material, exclusivamente de despesas do participante e seus acompanhantes, quando necessário, tais como transporte e alimentação – sob a responsabilidade das pesquisadoras **Sara Hanany Alves Ferreira Xaxá e Daniela Faria Florencio**.

Não será efetuada nenhuma forma de gratificação por sua participação. Os dados coletados farão parte do nosso trabalho, podendo ser divulgados em eventos científicos e publicados em revistas nacionais ou internacionais. O pesquisador estará à disposição para qualquer esclarecimento durante todo o processo de desenvolvimento deste estudo. Após todas essas informações, agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Consentimento Livre

Concordo em participar desta pesquisa “POLÍTICAS PÚBLICAS E ASSISTÊNCIA ÀS MÃES DISCENTES NA UFERSA”. Declarando, para os devidos fins, que fui devidamente esclarecido quanto aos objetivos da pesquisa. Foram garantidos a mim esclarecimentos que venham a solicitar durante a pesquisa e o direito de desistir da participação em qualquer momento, sem que minha desistência implique em qualquer prejuízo a minha pessoa ou a minha família. Autorizo assim, a publicação dos dados da pesquisa, a qual me garante o anonimato e o sigilo dos dados referentes à minha identificação.

Mossoró – RN, ____/____/2022

Assinatura do Participante



IMPRESSÃO
DATILOSCÓPICA

Sara Hanany Alves Ferreira Xaxá - Aluna do Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo, da Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA, Campus Mossoró-RN, no endereço Av. Francisco Mota, 572, Bairro Costa e Silva CEP: 59.625-900. Mossoró-RN. Tel. (84) 3317 8211.

Prof. Dra. Daniela Faria Florencio (Orientadora da Pesquisa – Pesquisadora Responsável) - Professora do Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo, da Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA, Campus Mossoró-RN, no endereço Av. Francisco Mota, 572, Bairro Costa e Silva CEP: 59.625-900. Mossoró-RN. Tel. (84) 3317 8211.

Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-UERN) - Faculdade de Medicina da UERN - Rua Miguel Antonio da Silva Neto s/n - Aeroporto Home page: <http://www.uern.br> - e-mail: cep@uern.br – CEP: 59607-360 - Mossoró –RN Tel: (84) 3312-7032.

APÊNDICE E - TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE ÁUDIO

Eu _____, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade da gravação de áudio produzido por mim, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, os pesquisadores **Sara Hanany Alves Ferreira Xaxá e Dra. Daniela Faria Florencio** do projeto de pesquisa intitulado **Políticas públicas e assistência às mães discentes na UFERSA** a realizar captação de áudios que se façam necessários sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destes áudios (suas respectivas cópias) para fins científicos e de estudos (livros, artigos, monografias, TCC's, dissertações ou teses, além de slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

Mossoró - RN, ____ de _____ de 2022

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura do pesquisador responsável

__(ESTE DOCUMENTO DEVERÁ SER ELABORADO EM DUAS VIAS; DAS QUAIS UMA VIA DEVERÁ FICAR COM O PARTICIPANTE DA PESQUISA E A OUTRA COM O PESQUISADOR RESPONSÁVEL)___